

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

----- Aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel, no auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel. -----

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, António Gaspar Ferreira Dias, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, Nuno Miguel da Costa Araújo, Maria Celeste Marinho Carvalho, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto.-----

-----O senhor deputado, António Gaspar Ferreira Dias, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo.-----

-----O senhor deputado, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro.-----

-----O senhor deputado, Agostinho Moreira Gonçalves, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Renato Joaquim Rocha Barros.-----

-----O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alexandre Igreja Guimarães.-----

-----O senhor deputado António José de Sousa Pinto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor José Manuel Salgueiro Macedo.-----

-----A senhora deputada Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua

substituição pela senhora Carla Alexandra da Silva Ferreira Monteiro que também, por motivos profissionais, solicitou pelo senhor João Carlos do Couto Barbosa, este por sua vez pelo senhor Luís Miguel da Silva Barbosa, que também por motivos profissionais solicitou a sua substituição pela senhora Cristiana dos Santos Coelho, que também não pode estar presente por motivos profissionais. Também, os senhores Pedro Miguel Nunes Sousa, Marta Luísa Ferreira Vieira, Manuel Soares da Silva e Fábio José Rodrigues Correia, sucessivamente solicitaram a sua substituição por motivos profissionais Maria da Conceição Mendes Alves Nunes.-----

-----O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (RIR), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Filipa Moreira da Silva, que também, por motivos profissionais, não pode estar presente pedindo a sua substituição pela senhora Maria do Céu Nogueira da Rocha, que por sua vez e também por motivos profissionais não pode estar presente solicitando a sua substituição pelo senhor José António da Silva Oliveira.-----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.

-----Os senhores Secretários da Assembleia Municipal, procederam à leitura da moção, votos de louvor e pesar entrados na mesa: -----

----- — **Moção, apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor:** -----

----- **1** — " Mais Medidas de Proteção ao Cuidador Informal e Adesão à Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais.-----

-----Os Cuidadores Informais, aqueles a quem a sociedade apelida de informais, são peças essenciais de um cuidado que pesa, que desgasta física e emocionalmente. Que fragiliza.-----

-----É muito importante perceber a importância do Cuidador Informal na vida de quem é cuidado, tendo em atenção que, não raras vezes, o Cuidador Informal abdica da sua vida enquanto pessoa livre, para viver à volta da pessoa cuidada. Entre alimentar, vestir, dar banhos e posicionamentos, o tempo do Cuidador Informal não chega para que possa fazer a sua vida cotidiana normalmente, abdicando até mesmo de descansar. Na larga maioria dos casos, o Cuidador Informal acaba por ter de abdicar, também, da sua carreira.-----

-----Segundo a legislação vigente, o Cuidador Informal é uma pessoa que cuida de forma regular, ou permanente, de outras pessoas que estejam numa situação de dependência. O cuidador informal é distinguido entre cuidador informal não principal o cuidador informal principal.-----

-----Não obstante dos progressos conseguidos pelo Governo da República na valorização e defesa dos cuidadores informais, através da aprovação do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela lei n.º 100/2019, de 6 de setembro é certo que o caminho a percorrer ainda é longo, e que as autarquias têm um papel central na defesa dos cuidadores informais residentes nos seus concelhos.-----

-----Por essa razão, a Merck Portugal, a farmacêutica mais antiga do mundo, e a Embracing Carers, uma multinacional especializada em gestão de recursos humanos, uniram forças para estabelecer a RACCI (Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais). Essa rede tem como objetivo

reconhecer e destacar as autarquias que se destacam no apoio aos Cuidadores Informais, reconhecendo as boas práticas adotadas como parte integrante do cuidado oferecido pelos municípios aos seus cuidadores. -----

-----Nas suas já duas edições, a RACCI reconheceu os concelhos vizinhos de Amarante, Lousada e Marco de Canaveses, bem como vários outros no distrito e no país. -----

-----Considerando que o Município de Penafiel participou no projeto piloto do Estatuto dos Cuidadores Informais e, até setembro de 2023, existiam no concelho cerca de 170 Cuidadores, a Bancada do PS destaca a importância crucial de a autarquia continuar a promover boas práticas de apoio a estas pessoas. Entre as medidas propostas estão: -----

-----1. Estabelecimento de uma Bolsa de Cuidadores Formais em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia e as IPSSs locais. Essa bolsa terá como princípio básico a substituição temporária dos Cuidadores Informais, permitindo-lhes tempo para descansar e cuidar de si. -----

-----2. Implementação do Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Penafiel.-----

-----3. Criação de um subsídio municipal de apoio ao Cuidador Informal. -----

-----4. Estabelecimento de uma linha SOS de apoio ao Cuidador Informal. -----

-----Neste momento, a RACCI está com candidaturas abertas para a sua terceira edição. Por essa razão, o Partido Socialista propõe que o município submeta um pedido de adesão à RACCI, simultaneamente promovendo as medidas mencionadas acima em prol do apoio aos Cuidadores Informais.”-----

----- — **O Grupo Municipal do Partido Socialista”, apresentou os seguintes votos de Louvor e Pesar:** -----

----- — **Votos de Louvor** -----

-----1. “O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex a aprovação de um voto de louvor ao Clube de Pesca e Caça de Penafiel que celebrou, no passado dia 7 de novembro 50 anos de existência. -----

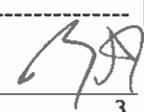
-----As celebrações da coletividade penafidelense decorreram no Penafiel Park Hotel, no dia 3 de novembro onde vários membros e sócios foram distinguidos pelo seu desempenho como desportistas e pelo amor que granjearam, ao longo dos anos, pelo clube. -----

-----Com uma vasta experiência e dedicação à causa e ao serviço comunitário louva-se e parabeniza-se, este icónico clube de pesca pelo desenvolvimento que deram à modalidade na região. -----

-----Lembra-se que o clube disputa atualmente a 1.ª divisão nacional de clubes e tem nas suas fileiras um campeão Nacional absoluto, o atleta José Diogo Silva.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro 2023, endereça ao presidente da direção do Clube de Pesca e Caça de Penafiel, Sr. José Fernando Pereira da Silva, os nossos parabéns, as maiores felicidades e votos para que continuem a levar o nome de Penafiel a todo o país e a todos os países onde disputem títulos. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento à Coletividade e ao seu presidente José Fernando Pereira da Silva”-----



----- 2." O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex8 a aprovação de um voto de louvor à instituição Penafidense - Xairas Taekwondo Penafiel pelo excelente resultado obtido pelo clube na arte marcial Taekwondo, no Open internacional Taekwondo, que decorreu na cidade de Loures, no passado dia 29 de outubro. -----

----- Flávio Moreira, atleta e treinador da Xairas Taekwondo Penafiel conquistou o primeiro lugar na categoria 'Freestyle Individual Male Over 18', numa competição que envolveu mais de 400 atletas oriundos de vários países europeus como França, Espanha Alemanha, Bélgica e Itália.-----

----- O evento foi organizado pelo Taekwondo Clube Sto. António dos Cavaleiros, tendo o apoio da Federação Portugal Taekwondo e do Portugal Taekwondo Centro. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro de 2023, endereça Xairas Taekwondo Penafiel e ao atleta Flávio Moreira os nossos parabéns e votos para que continuem a alcançar muitos títulos saborosos como este. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao clube Xairas Taekwondo Penafiel e ao seu campeão Flávio Moreira."-----

----- 3. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex 8 a aprovação de um voto de louvor ao jovem cineasta Penafidense Miguel Ferreira pela recente nomeação de um filme da sua autoria para festival espanhol da especialidade. -----

----- "Our Tell-Tale Heart", filme do cineasta penafidense, foi selecionado para o 51.ºv anual CURTAS, Festival do Imaxinario, sendo a sua estreia em Espanha. Este festival de cinema, que é o mais antigo da Galiza, decorreu entre os dias 27 de outubro a 5 de novembro, em Vilagarcía de Arousa, Espanha.-----

----- Realça-se que o filme "Our Tell-Tale Heart", esteve nomeado para um dos maiores festivais de cinema de terror do país, o MOTELX, que decorreu em Lisboa no passado mês de setembro.-----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro de 2023, endereça ao jovem cineasta Penafidense Miguel Ferreira nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que consiga alcançar os seus objetivos nesta excelente arte. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento a Miguel Ferreira."-----

----- 4. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex.a aprovação de um voto de louvor ao jovem socialista e deputado suplente desta Assembleia, Luís Barbosa, pela sua recente eleição como presidente da Juventude Socialista (JS) de Penafiel, sucedendo assim também ilustre deputada desta Instituição -AM - Inês Monteiro. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro de 2023, endereça votos ao jovem Luís Barbosa para que continue a lutar nas áreas onde tem vindo a intervir, nomeadamente na habitação, cultura, saúde, educação - e que contribua para melhoria da qualidade de vida dos penafidenses. -----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao Presidente da JS Penafiel Luís Barbosa.-----

----- 5. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa. aprovação de um voto de louvor ao ilustre atleta penafidense de 21 anos, Carlos Alves, atleta da Associação

Desportiva de Penafiel - ADP, que se tornou no primeiro jogador a ganhar o troféu "Melhor Marcador Do Mês" de futsal, na Divisão de Elite, atribuído pela Associação de Futebol do Porto (AFP). -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro de 2023, endereça ao ilustre atleta penafidelense de 21 anos, Carlos Alves os nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que consiga alcançar muitos mais êxitos na sua carreira. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao atleta Carlos Alves e à Associação Desportiva de Penafiel- ADP."-----

-----6. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao ilustre piloto penafidelense ADÃO FRANCISCO SILVA PINTO que se sagrou vencedor Taça de Portugal de 2RM- de duas rodas motrizes de ralicross, em prova disputada no fim-de-semana, entre os dias 21 e 22 de outubro, em Lousada. -----

-----O piloto de Penafiel voltou a rubricar uma época ao mais alto nível em 2023, conquistando pelo terceiro ano consecutivo o título de campeão nacional, tornando-se tricampeão nacional na Divisão 2R do campeonato de Portugal de Ralicross by Transwhite. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 15 de novembro de 2023, endereça ao abragonense Adão Pinto os nossos parabéns e as maiores felicidades nas provas que irá disputar no futuro. - -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao piloto Adão Pinto."-----

-----7. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex 8 a aprovação de um voto de louvor instituição Penafidelense "Associação Penafiel Bike Clube", pelos excelentes resultados obtidos pelos seus atletas, continuando a prestigiar a presente época de ciclocrosse. -----

-----Recentemente atletas da Associação Penafiel Bike Clube, conquistaram dois lugares no pódio no Campeonato Nacionalde XCC, Categoria de Juniores, através dos excelentes desempenhos dos atletas Tomás Gaspar, que é o novo Vice-campeão Nacional e Pedro Cunha que alcançou o terceiro lugar na mesma prova. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro de 2023,endereça Associação Penafiel Bike Clube e aos jovens ciclistas Tomás Gaspar e Pedro Cunha os nossos parabéns e os nossos sinceros votos para que continuem na senda destes preciosos êxitos nas competições que se avizinham. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento aos atletas Tomás Gaspar e Pedro Cunha e à Associação Penafiel Bike Clube"-----

-----8. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor secção de Atletismo do FC Penafiel pelos excelentes resultados que os seus atletas alcançaram recentemente na Maratona. -----

-----O clube penafidelense esteve presente em Lisboa na EDP Maratona de Lisboa 2023, que ligou Cascais Praça do Comércio em Lisboa. -----

-----Célia Barbosa, em femininos, foi a melhor atleta da secção de atletismo do clube, tendo alcançado um excelente terceiro lugar e arrecadado, a medalha de bronze. Jorge Santos fez o tempo de prova 2h54m15s,enquanto Manuel Bessa terminou a maratona com o tempo de 3h08m44s. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 17 de novembro, endereça à direção da secção de atletismo do FC Penafiel e aos atletas referenciados, as maiores felicidades, os nossos parabéns e votos para que continuem a projetar o desporto penafidelense com o empenho e excelência com que o têm feito. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento à Coletividade, aos atletas e, obviamente, ao treinador Aires de Sousa"-----

----- Votos de Pesar -----

----- 1. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa a aprovação de um voto de pesar pelas vítimas da guerra que neste momento assola, tragicamente, a faixa de Gaza., causando um número incalculável de vítimas. -----

----- Desde dia 7 de outubro, data em que o Hamas atacou o território israelita, que se assiste a uma campanha militar de Israel que está a originar números de mortos e feridos elevados. Entre o dia 7 de outubro e o dia 10 de novembro foram registadas perto de 13 000 mortes no conflito sendo 1.400 do lado de Israel e os restantes na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Acresce a este número mais de 26 mil feridos. -----

----- Destaca-se que desde o início do conflito, em 7 de outubro, já morreram mais de 4.500 crianças e de 3000 mulheres na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. -----

----- Talvez nunca se venha a conhecer com exatidão a dimensão da catástrofe provocada por esta guerra de insensíveis, estimando-se que as vítimas mortais estejam muito próximas das duas dezenas de milhar de mortes, um número incalculável de feridos e milhões de desalojados. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel reunida em Plenário no dia 17 de novembro decide apresentar os seus mais sentidos votos de pesar pelas vítimas desta tragédia e a todos aqueles que de alguma forma foram afetados por esta incompreensível insensibilidade e desrespeito pela vida humana. -----

----- Propõe-se que seja guardado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas desta tragédia. Penafiel, 17 de novembro de 2023."-----

----- — O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer", apresentou os seguintes votos de Louvor: -----

----- Votos de louvor: -----

----- 1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor ao atleta do Clube de Pesca e Caça de Penafiel José Diogo Silva que se sagrou campeão nacional de pesca desportiva de rio."-----

----- 2. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor à Associação Penafiel Bike Clube, pela conquista de dois lugares no pódio no Campeonato Nacional de XCC, Categoria de juniores, através do desempenho dos seus atletas Tomás Gaspar, novo Vice-campeão Nacional e Pedro Cunha que terminou a prova em 3.º lugar."-----

----- 3. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor a Adão Pinto que revalidou o título de Campeão Nacional de Ralicross, na categoria 2RM, tornando-se assim tricampeão nacional."-----

-----**Posto à votação a admissibilidade da moção, votos de louvor e pesar apresentados foram aprovados por unanimidade.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal Informou que a mesa recebeu um email de uma senhora professora de Filosofia na Escola Secundária de Penafiel, com o seguinte teor: "Sou Carmen Assunção Pereira, professora de Filosofia na Escola Secundária de Penafiel e no âmbito da lecionação do 10º ano, cujo programa inclui o capítulo: "Como organizar uma sociedade justa?", gostaria de aproximar os meus alunos da política real, e local, de modo a desmistificar a ideia da política e dos políticos como entidades inacessíveis.-----

-----Assim, venho propor uma Visita de Estudo/ Participação numa sessão da Assembleia Municipal a que V. Exª preside, com a possibilidade de colocar algumas questões e de entender a configuração da mesma.-----

-----Neste sentido, apelo a uma resposta favorável e solicito a indicação dos moldes adequados a esta visita, de forma a não prejudicar os trabalhos, nomeadamente o número máximo de alunos, as data e hora possíveis.-----

-----Na expectativa de uma resposta favorável, aguardo e apresento os meus melhores cumprimentos".-----

-----Assim, propôs à Assembleia Municipal aceitar o pedido e convidar a turma a participar na próxima sessão, de fevereiro, onde lhes concederem meia hora, ou seja, a sessão teria início pelas 16h30, para que desse tempo aos alunos de participar e apanharem o transporte de regresso a casa. O modelo a propor seria de a turma assistir e os próprios indicariam o número de alunos que quisessem intervir ao longo desse 30 minutos concedidos para esse efeito, sem prejuízo de haver algum alargamento se necessário. No final, se o senhor Presidente da Câmara Municipal quiser responder ou ter algumas considerações a dar aos alunos que achar pertinente, fariam uma simulação do funcionamento da Assembleia Municipal nesse período.-----

-----A proposta apresentada foi admitida por todos os membros presentes.-----

-----Colocou à consideração dos grupos municipais para que, se quisessem encontrar um modelo onde pudesse haver uma maior participação inclusiva das bancadas de modo a poder perceber-se como funcionam os partidos e como se organizam e participam em cada sessão do órgão deliberativo.-----

-----**Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:**-----

----- — A senhora deputada Ana Lourenço: Disse que apesar da turbulência política dos últimos dias que colocou em causa instituições fundamentais para a democracia, que os deve preocupar a todos não podia deixar de usar a palavra Assembleia Municipal para falar sobre momentos felizes. Penafiel voltou a encher-se de histórias com mais uma edição do Festival Escritaria, este ano dedicado a Miguel Esteves Cardoso. Para si, uma das emotivas edições deste festival que já conta com 16 anos de existência.-----

-----Parabenizou todo o executivo municipal, todos os trabalhadores e entidades envolvidas na pessoa da senhora Vereadora da Cultural, e atreve-se a dizer que foi uma das melhores edições.-----

-----Disse falar hoje, também, com ânimo e a certeza de um futuro risonho e sustentável para o concelho de Penafiel, com a feliz notícia que receberam sobre as contas do nosso Município: "Penafiel é o município do distrito do Porto com maior equilíbrio orçamental". Apesar do senhor Presidente da Câmara Municipal ter afirmado por diversas vezes nesta assembleia a boa gestão financeira, são agora os dados do Anuário Financeiro dos Municípios, uma instituição independente e credível, que o confirma. Estes dados referem também que Penafiel está no Top 20, no panorama nacional, e em 7º lugar na Região Norte, na categoria de municípios com maior volume de investimento pago. Está à vista de todos a preocupação deste executivo municipal em manter uma gestão financeira exímia sem deixar de devolver o dinheiro aos munícipes, sob a forma de investimento para dar resposta às reais necessidades dos penafidelenses, seja na requalificação de escolas, pavilhões desportivos, programas culturais ou infraestruturas. -----

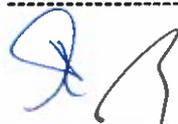
----- Mesmo em momentos de grandes dificuldades, desde a pandemia, à guerra, à conjuntura internacional e infelizmente, uma crise financeira que se avizinha para as todas as famílias, Penafiel está preparado para controlar as despesas e continuar a investir em áreas prioritárias. -----

----- Conclui que é com tranquilidade e confiança no futuro que receberam essas notícias que garantem um futuro próspero aos penafidelenses e às próximas gerações. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Começou por deixar uma nota de apreço à senhora deputada Ana Lourenço, que em breve deixará as funções da presidência da JSD de Penafiel. Reconhecendo-lhe seriedade e o bom trabalho que realizou na JSD de Penafiel. -----

----- Apenas deixava um reparo à intervenção da senhora deputada dizendo que não podiam assumir que o anuário financeiro que são todos muito bons competentes e tudo aquilo é verdade quando lhes interessa e depois, descredibilizar essas instituições e esses órgãos quando dizem mal da Câmara Municipal. -----

----- No que dizia respeito à área metropolitana do Porto, área que Penafiel não pertence, preparar-se para ter uma linha conjunta, com uma imagem unificada a funcionar dentro da rede andante dos autocarros e isso tem levantado algumas questões, sobretudo no que dizia respeito como é que ia funcionar a ligação de Penafiel ao Porto, Matosinhos entre outras, e como é que vai ficar a mobilidade de quem, por exemplo, a Valpi tinha uma linha que ia do centro a cidade de Penafiel ao hospital de S. João, utilizada por vários estudantes e profissionais de saúde. Perguntou ao senhor Presidente se tinha conhecimento como é que essa situação ia funcionar. O grupo municipal do PS teve o cuidado de contactar a Valpi que não lhes soube dar resposta. Contactaram também a CIM Tâmega e Sousa, falando diretamente com o responsável da área dos transportes, o senhor eng. Jorge Jesus, assim com contactaram a área Metropolitana do Porto e ninguém soube dar qualquer resposta. Assim, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, do ponto de vista rodoviário, qual o futuro e como é que vai funcionar, nomeadamente nos transportes públicos, a ligação entre o concelho de Penafiel e do Porto. Mais perguntou, qual era o papel e se alterava o papel estratégico da estação intermodal de Novelas e como é que vai funcionar a ligação dos autocarros na Área Metropolitana do Porto. -----



-----Deixou um repto ao senhor Presidente e Câmara e da Assembleia Municipal para uma maior seriedade relativamente ao espaço das intervenções do público, uma vez que, ao contrário do que foi proposto pelo Partido Socialista que o público passasse a ter o seu período de intervenção no início de cada sessão, já não basta o facto do senhor Presidente da Câmara não responder na hora às questões e inquirições colocadas por parte do público, foram alertados por vários munícipes que não estão a receber resposta por parte da Câmara Municipal às inquirições e questões ali colocadas. -----

----- — O senhor Presidente da Junta Freguesia de Sebolido: Em seu nome e em nome da população de Sebolido agradeceu ao senhor Presidente da Câmara pela boa articulação que tem existido entre o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e a Junta de Freguesia de Sebolido. Era uma agradecimento alegre, espontâneo, com orgulho e dedicação pelo trabalho realizado e em especial pela ajuda que tem dado às associações da freguesia nesta altura particularmente difícil. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que foi anunciada pelo senhor Presidente da República, a dissolução do Parlamento e a marcação de eleições antecipadas para 10 de março do próximo ano. Os portugueses e concretamente os penafidelenses poderão agora avaliar novamente o Governo, mais concretamente os 8 anos de uma governação do PS, coisa que já fizeram em 2019 dando-lhe uma maioria simples e em 2022 uma maioria absoluta. -----

-----A conjuntura internacional não é fácil e Portugal continua a ser confrontado com muitos problemas crónicos. Uns, sentidos diretamente por cada um dos portugueses: -----

-----Problemas com Rendimentos/Custo do nível de vida/Acesso aos cuidados de saúde, Educação e Habitação. Problemas esses que em grande medida são consequência do atraso histórico e estrutural da nossa economia, tais como: -----

-----Endividamento financeiro/Baixa Produtividade/Desertificação do interior/o desequilíbrio demográfico com a Baixa natalidade e o envelhecimento da população.Mas cabe aos políticos resolver os problemas, pensar e planear o desenvolvimento. Cabe aos partidos tratar dos problemas do presente e pensar no futuro, sem deixar de avaliar o passado. E é por essa razão, olhando para o passado, que quando olhamos para os últimos 8 anos conseguimos ver avanços significativos de desenvolvimento: -----

-----O Aumento do salário mínimo em 50%;-----

-----Redução do desemprego de 12,9% em 2015 para os atuais 6,1% com uma população empregada em máximos históricos nunca vistos até agora; -----

-----Aumento médio das pensões de 23%;-----

-----Convergência com a UE em que o crescimento em Portugal foi 10 vezes maior do que a média anual dos 15 anos anteriores;-----

-----Liderança europeia na transição energética com as Renováveis a cobrirem 67% do todo o consumo de eletricidade. Ainda no mês passado tiveram um período de 5 dias consecutivos em que a produção de renováveis superou todas as necessidades energéticas nacionais. -----

-----Conseguiram ver o sucesso no combate à pandemia. Conseguiram ver sucesso no combate à inflação com apoios sem precedentes às famílias, aos pensionistas, aos jovens e às empresas.-----



Conseguiram ver o apoio às famílias com a garantia para a infância, manuais escolares gratuitos e creches gratuitas e passes sociais. Conseguiram ver o apoio aos jovens com IRS zero e redução das propinas. Conseguiram ver a redução da dívida pública e a sustentabilidade financeira do país com uma dívida pública que já foi superior a 134% e que já baixou para 110% do PIB no segundo trimestre de 2023 e que no próximo ano será inferior a 100%. Conseguiram ver o primeiro excedente orçamental da democracia. Conseguiram ver que Portugal registou este ano os melhores 7 meses de sempre no turismo. Conseguiram ver o potencial de investimento avaliado em mais de 32 mil milhões, sendo que nunca Portugal foi tão atrativo para o investimento externo. Conseguiram ver, que perante uma subida dos juros promovida pelo Banco Central Europeu afligindo uma grande parte das famílias, o Governo criou condições para a fixação temporária da prestação do crédito à habitação. -----

-----Mas do outro lado e ainda bem que assim é em Democracia, teremos outras alternativas ao governo do PS. Do outro lado do espectro político, os penafidelenses e os portugueses terão uma direita que deixou de falar de endividamento, défice, economia e de investimento e passou agora a prometer tudo a todos. Uma direita que já em tempos prometeu choques fiscais na oposição e logo a seguir aumentou impostos quando esteve no governo. Que com a desculpa da troica cortou feriados, cortou subsídios de férias e Natal, congelou carreiras, aumentou horário do trabalho. -----

-----Uma direita que continua a não perceber que se pode governar com boas políticas e ter bons resultados sem cortes. Uma direita que foi contra o aumento do salário mínimo nacional. Uma direita que se preocupa em dissertar sobre os problemas atuais dos serviços públicos quando em muitos casos estes problemas foram precisamente o resultado de anos de desatenção a esses mesmos serviços públicos, de anos de desatenção ao investimento público necessário. Cá estaremos na disputa democrática. Podem os penafidelenses contar como sempre com o Partido Socialista. -----

-----— O senhor deputado António Cunha: Disse que ficou surpreendido pela avaliação ali feita pelo senhor deputado Luís Monteiro relativamente aos 8 anos de governação do Partido Socialista. Ouviu algumas coisas que lhe custou ouvir, não porque uma questão política mas apenas e só porque se olharem para a realidade ficam surpreendidos com aquilo que é o discurso do PS e o que de facto as pessoas vivem. -----

-----No que dizia respeito à educação, esclareceu que o PS não promoveu os manuais escolares gratuitos, mas sim de utilização dos manuais escolares, que é bem diferente. Podiam ver o que tem sido a aplicação de manuais ditos gratuitos ao nível do 1.º ciclo e a confusão que tem dado nas escolas. -----

-----O estado em a que a saúde em Portugal se encontra, com os médicos em luta, com cirurgias e exames médicos por realizar e com listas de espera. A justiça e a segurança num descalabre. -----

-----A maior carga fiscal de sempre. Falou-se ali em superavit, mas esperariam para ver se haverá superavit, porque com a reconfiguração legislativa, com novas eleições a 10 de março. O prolema da habitação que cada vez mais uma situação complicadíssima. -----



-----Lembrou que não foi o PSD que congelou as carreiras, isso é uma inverdade que já foi repetida pelo senhor Primeiro- ministro. As carreiras foram congeladas em 2005/2007 e de 2008 a 2018 pelo Partido Socialista.-----

-----Também não foi em 50 anos de democracia 3 bancas rotas com Governos do Partido Socialista à frente dos destinos do país, a última bem cedo e oito anos depois ainda vêm falar dos tempos da troika que o PS chamou. -----

----- — O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que realmente o congelamento das carreiras dos professores foi no tempo do senhor Primeiro-ministro José Sócrates, mas também é funcionário público e a sua carreira esteve congelada no tempo do Governo do PSD. Os professores têm uma carreira especial e todos os outros congelamentos das carreiras da função pública foi no Governo do PSD.-----

-----No que dizia respeito à restante intervenção do senhor deputado António Cunha, é difícil de explicar porque não foi um pedido de esclarecimento porque se limitou a dizer títulos, ou seja, Justiça, carga fiscal por isso não havia resposta nem podia responder a isso. -----

-----— O senhor Presidente da Junta Freguesia da Capela: Agradeceu o trabalho que o senhor Presidente da Câmara e a sua equipe tem desenvolvido na freguesia da Capela. O acordo feito está a ser cumprido escrupulosamente. -----

-----Desejou a todos e respetivas famílias um Feliz Natal e umas festas com muito amor e paz que é o que todos e o mundo necessita.-----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação a moção, e os votos louvor e pesar acima transcritos.** -----

-----Os votos Louvor e Pesar e a moção foram subscritos por todos os presentes. -----

----- **Discussão e votação da moção de Recomendação "** -----

----- **Mais Medidas de Proteção ao Cuidador Informal e Adesão à Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais";**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

-----— A senhora deputada Fátima Oliveira: Disse que a moção *Mais Medidas de Proteção ao Cuidador Informal e Adesão à Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais*, foi da sua autoria, pois é de extremo interesse referir que muitos dos municípios já procederam aquele avanço e é por isso que o Partido Socialista solicita ao município de Penafiel a sua adesão à RACCI. -----

-----— O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que é muito louvável a proposta de recomendação na sua substancia, contudo aquela proposta de recomendação vem a destempo. Ou seja, recorda-se o município de Penafiel é pioneiro naquela vertente, já terá feito a sua adesão à RACCI.-----

-----De qualquer forma, não lhes parece razoável que se impute à Câmara Municipal a criação de um subsídio municipal de apoio ao cuidador informal porque é uma responsabilidade do Estado. Disse que o município assumir constantemente responsabilidades que são de terceiros é desadequado pois deviam concentrar os seus recursos naquilo que são as valências e as responsabilidades do município.

----- Porque consideravam que a recomendação vinha a destempo uma vez que já foi feita a adesão e porque não concordavam com a criação de um subsídio municipal, o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer" votariam contra aquela proposta. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Perguntou onde é que constava a informação da adesão do município à RACCI uma vez que no *site* oficial do município não fazia qualquer referência ou informação sobre a adesão do município. Assim como não constava nem na primeira nem na segunda edição da RACCI. Na primeira edição consta os concelhos do Marco de Canaveses e Lousada e na segunda edição o concelho de Amarante. Talvez o senhor deputado Carlos Pinto esteja com algum equívoco ou informação errada. Esclareceu que, por exemplo, na primeira edição, foram pedidos adesão de 510 municípios, mas só foram aprovados 24 porque a RACCI estabelece alguns critérios, nomeadamente a criação do município do subsídio municipal e não quer dizer que aceite todos os municípios na rede. É facto que o município de Penafiel, atualmente, não consta na rede dos municípios que cuidam dos cuidadores formais e é daí que surge a recomendação apresentada. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que não tinha informação ao nível de papel passado e certificado, mas tem informação dos contactos que tem dos responsáveis da Câmara Municipal que já foi feita a candidatura à adesão e portanto não faz sentido nenhum voltar a candidatar o que já foi candidatado. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Referiu que achava positiva a apresentação daquela recomendação, porque é um tema ao qual eram muito sensíveis e por isso é que desde 2017 que o município integra um grupo com a Segurança Social, com o Instituto de Ciências Médicas Abel Salazar e outras entidades, exatamente com o foco nos cuidadores informais e da especificidade que esses cidadãos têm nesse desempenho que é tão importante e que precisa de um olhar muito atento. -

----- Ainda o Governo não tinha criado o estatuto, já o município de Penafiel, com outras entidades tinham essa preocupação e foi consequência desse trabalho que foi sendo desenvolvido, que o Governo despertou para o tema e criou, depois, o estatuto do Cuidadores Informais em 2019, ou seja dois anos à frente. Foram desenvolvendo muitas ações ao longo do tempo sobre quele tema, sendo que a maior parte delas são feitas com discrição porque o importante é proporcionarem mais e melhores condições a quem desempenha esse papel, tão importante e desgastante, que desempenha um cuidador informal.

----- Entretanto, o município foi convidado para integrar o grupo do projeto piloto dos cuidadores informais, fizeram a sua participação que foi muito positiva. Já foi feita a candidatura do município de adesão, sendo que o prazo das candidaturas termina no dia de hoje e por esse motivo fazer aquela recomendação no dia de hoje não fazia sentido. -----

----- Concluiu dizendo, que acima de tudo o importante é estarem a falar daquele tema importante e para o qual, todos enquanto sociedade, vão ter que olhar com cada vez mais atenção porque sabiam que a evolução civilizacional que permite viver muitos mais anos, significa mais doenças degenerativas, demências e todas as patologias que implicam, na ausência de um Estado mais presente, da retaguarda dos familiar, os cuidadores informais. -----



-----Quanto à prestação pecuniária disse que essa é uma incumbência o Estado, aliás quando foi criado o estatuto do cuidador informal foi exatamente já com essa previsão de haver um apoio pecuniário para quem o desenvolve. -----

-----Posta à votação, a moção de recomendação foi rejeitada com 39 votos contra dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 votos a favor dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e José António da Silva Oliveira, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- 1 abstenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Recezinhos. ----

----- **Discussão e votação dos votos de Louvor e Pesar:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade por todo os presentes.

-----Posto à votação, os votos de Pesar foram aprovados por unanimidade por todo os presentes, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos. -----

----- **1.º Ponto — Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Miguel da Silva Barbosa. José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos,

Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que assumia a sua “derrota” uma vez que em todas as sessões da Assembleia Municipal, ali defendia um tipo de informação mais sistemática e transparente. O Partido Socialista defende que deve ser uma informação prestada com outra substância e outra organização, mas têm que esperar que um dia o PS seja poder na Câmara para fazer de outra forma.

----- No que dizia respeito ao documento apresentado, apenas queria dar nota que no que diz respeito à situação financeira do município, à data de 13-11-2023, que todos podiam verificar que, estando próximos do fim do ano, a taxa de execução é de apenas 52%. Pior ainda é a taxa de execução das despesas de capital verificando-se que é apenas de 39%. Isto só vem evidenciar aquilo que o PS, ano após ano tem chamado a atenção para o seguinte: Deve-se apresentar orçamentos e PPI realistas que não estejam empolados. E não vale a pena prometer que se vai executar valores anuais na ordem dos 94 milhões se todos sabemos que apenas serão executados pouco mais de 50 milhões. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Quanto à taxa de Execução ali referida pelo senhor deputado Luís Monteiro, disse que se objetivamente olhar para o número que está na informação do senhor Presidente, de facto consta esse mesmo valor referente a outubro, mas o senhor deputado tem-se apercebido ao longo dos anos, desde que há “televisão a cores” que este executivo está à frente dos destinos de Penafiel e ciclicamente aquela questão é recorrente. É curioso que os cidadãos gostam daquilo porque ciclicamente votam naquele executivo com aquelas taxas de execução. -----

----- Disse que o senhor deputado tem assistido, ano após ano de que a taxa de execução não é aquela de 30 ou 40% e perguntou se vê alguma razão para que todos os anos a taxa de execução seja na casa dos 60 ou 70% para comparar com aquela que agora reporta. Explicou que a taxa de execução em outubro é sempre muito mais baixa porque as execução finais do final do ano e é assim que funciona em qualquer Secretaria da Estado ou Instituto que assim funciona, é que se fazem as últimas despesas e pagamentos e portanto a taxa de execução vai crescendo até que chegue àquela que os penafidelenses ficam satisfeitos e dão a maioria ao Executivo. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Esclareceu que a informação do senhor Presidente é de 13 de novembro e não de outubro. Contudo tudo aquilo parece uma discussão esquizofrénica porque apresentam o orçamento para o próximo ano e dizem que está empolado e quando chegarem à aprovação no próximo ano viam que a taxa de execução anda na ordem dos 40%/50%. Não é verdade que anda na ordem dos 70% como comprovam os documentos. Esta discussão já surge desde que há “televisão a cores” e por isso não vale apenas referir esse facto os anos. -----



-----Achava que deveriam ter humildade de olhar para os números que são factos e assumirem. Percebia que o senhor Presidente da Câmara podia apresentar uma folha em branco e podem votar essa mesma folha, legalmente não estão impedidos de o fazer. Se a maioria concordar que o senhor Presidente apresente uma folha em branco e que depois o senhor Presidente vai acrescentando o que quer fazer ao longo do ano e se a maioria concordar está tudo certo e não podiam fazer nada contra isso. Contudo tinham que ser rigorosos em relação aos dados uma vez que a taxa de execução é de 39% e não acreditavam que o município conseguia pagar tudo em dezembro porque para o próximo ano iam ver que não era verdade pois esse facto nunca tinha acontecido anteriormente. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que ia ali lembrar o que referiu numa das minhas intervenções da Assembleia de 30 de junho, onde expus muita preocupação com as passadeiras que existem no Largo Conde Torres Novas, mais conhecido por Campo da Feira. Aludi que, com a exceção da passadeira existente junto do Quartel da GNR, todas as outras carecem de sinalização adequada e todas têm falta de visibilidade (contraste com branco). Acontecia o mesmo com as travessias das vias existentes na cidade cujos traçados ficaram danificados devido ao evento desportivo que aí ocorreu - racing fest 2023. Até ao presente momento nada foi feito, o que é pena. -----

-----Com o Inverno e com a diminuição da visibilidade devido à chuva e ao facto de anoitecer mais cedo, poderão ocorrer atropelamentos, situações que não desejamos. -----

-----Por isso, apelou ao senhor Presidente que olhe com muita atenção para essas situações pois, são zonas com muito trânsito de automóveis e de peões e onde os automobilistas nem sempre poderão ser moralmente responsáveis por eventuais sinistros que possam ocorrer. -----

-----Na mesma Assembleia abordou o que se passava na estrada EN 15, na zona de S.ta Marta e Croca, no sentido Amarante – Penafiel, onde assistiam à vegetação, giestas e ramos de árvores e entrar na via e a tapar sinais de trânsito e invadindo as zonas de circulação de peões, criando sobremaneira constrangimentos aos automobilistas e aos transeuntes (que tinham de se deslocar para o interior da via). Passado pouco tempo a situação foi resolvida, facto de que dei conhecimento ao senhor Presidente. Acontece que com as chuvas, o calor anormal para esta época do ano, a situação está praticamente igual. E, como disse na altura, o Estado e em particular o IP também prevaricam e nem sempre fazem o trabalho que deve ser feito. Trata-se de um troço de estrada bastante perigoso utilizado por muitos amantes de jogging e transeuntes onde, já aconteceram atropelamentos mortais. -----

-----Apelou também, para que providencie junto dos serviços de limpeza das vias da responsabilidade autárquica o corte de vegetação que impede a visibilidade nos cruzamentos e que escondem completamente a sinalética existente nas vias. Não acha que chegou a altura de dotar de passadeiras o troço da EN 15 que atravessa o concelho? Há muitos bons exemplos em concelhos vizinhos como o Marco de Canaveses, Paredes, Lousada e Amarante. Por exemplo na Freguesia de Constance - Marco de Canaveses que se liga a Castelões Penafiel é completamente visível a partilha – saímos de um troço da estrada Municipal CM 1244, com um piso novo e com passeios de um lado da via, e entramos na outra parte do troço – Castelões - um “mundo” completamente contrário. Outro



exemplo, no concelho de Paredes, na EN 15, os passeios começam em Mouriz, continuam em Baltar, Astromil, Gandra, isto é, até ao limite do concelho. -----

----- Já que falava de estradas e, nesse caso referiu uma vez mais uma estrada camarária a M 593, que liga as freguesias de Guilhufe e Irivo está num estado deplorável e quase intransitável, com principal incidência na freguesia de Irivo. -----

----- Como em todos os casos elencados, pediu para que tenha uma especial atenção a essa situação.

----- Lamentou o encerramento de uma empresa têxtil na freguesia de Guilhufe e conseqüente despedimento coletivo de mais de uma centena de trabalhadores. Sabe são impotentes para reverter a situação e por isso, não podias deixar de se solidarizar com todos os seres humanos, meus irmãos e desejar que, apesar de altura festiva que se tornou negra e com um futuro incerto, o "Pai Natal" lhes traga a esperança e lhes reponha na cara o sorriso que merecem. -----

----- Desejou a todos os presentes um Feliz Natal e um Próspero ano Novo, desejo que estendo a todos os penafidenses. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Esclareceu o senhor deputado Jose Macedo e como todos sabiam, há um protocolo celerado entre a Junta de Freguesia de Penafiel e a Câmara Municipal para a limpeza das ervas junto às estradas e passeios municipais e não nas estradas nacionais. A limpeza da EN 15 não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas sim das Infraestruturas de Portugal. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Irivo: Agradeceu as palavras do senhor deputado Jose Macedo pela ajuda à população de Irivo. Clarificou a sua posição na questão da estrada Central de Coreixas e a rua Ponte da Galharda porque já enviou vários emails ao senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores sobre o péssimo estado que se encontram essas mesmas vias. No dia de hoje foi contactado pelo senhor engenheiro da Câmara Municipal que informou que na próxima 4ª. Feira iriam realizar uma intervenção para pôr cobro àquela situação. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Irivo pelas palavras simpáticas que lhe dirigiu. -----

----- Quanto ao pedido de esclarecimento do senhor deputado Joaquim Lindoro, só tenho a desejar-lhe um Feliz Natal. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Penafiel, o senhor Carlos Leão, disse-lhe que em momento algum quis imputar qualquer tipo de responsabilidade, neste caso, quer à autarquia quer às Juntas de Freguesia. Como disse na altura e reiterou que as limpezas das estradas nacionais e respetivas valetas são da inteira responsabilidade da IP. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Relativamente aos cuidadores informais, disse que é bom saber que todos estavam de acordo sobre àquela questão. Aliás houve um evento promovido pela Câmara Municipal, pelo ACES e pela Segurança Social Local, encontro dos 169 cuidadores informais com o estatuto reconhecido à época. -----

----- Como teve curiosidade de ver se existia alguma referência a iniciativas com os cuidadores informais desde essa altura até então e não viu nenhuma referência aos mesmos, assim, como esse é

um assunto tão importante para o senhor Presidente da Câmara como é para o Partido Socialista, perguntou quais as são as medidas, o que é que a Câmara Municipal de Penafiel tem implementado em defesa e para proteger dos cuidadores informais no concelho de Penafiel. -----

-----Deixou uma ideia, que está patente na moção apresentada e que pode ser útil a Câmara Municipal implementar. A camara municipal de Lousada tem um projeto de cuidadores formais em protocolo com a Santa Casa da Misericórdia local em que cuidadores formais substituem temporariamente os cuidadores informais ara que eles possam ter tempo para cuidar de si e descansarem, porque ser cuidador informal um trabalho muitas das vezes a tempo inteiro e muito desgastante. Teve a oportunidade de ver a reportagem desse mesmo encontro dos formadores informais e a senhora Vereadora Daniela Oliveira disse que um dos grandes flagelos e problemas é o risco de *burnout* desses mesmos cuidadores. Referiu que esses encontros são ótimos mas estavam longe de serem suficientes. -----

----- O senhor deputado Joaquim Lindoro: Começou por referir que ia abordar um assunto de grande importância para o concelho e região que é o problema das urgências no hospital Padre Américo. O PSD de Penafiel já tomou posição relativamente a esse grave problema. O senhor deputado António Cunha na Assembleia da República também tomou posição e alertou o Governo para o que se passa no Hospital de Penafiel e também a Assembleia Municipal de Penafiel não podia deixar passar aquela verdadeira catástrofe que é o encerramento de muitas valências das urgências do hospital. -----

-----Não há memória da maternidade ter fechado na região do Vale do Sousa e é depois de 20 anos, de Governo do mesmo partido político, que isso aconteceu. Era evidente que o seu amigo, dr. Manuel Pizarro, Ministro da Saúde, têm responsabilidade, responsabilidade essa que não é só sua mas sim, do Governo do PS e de 20 anos de má governação. O senhor Ministro da Saúde também não contou com o apoio de senhor Primeiro-ministro, felizmente demissionário. Onde esteve o senhor Primeiro-ministro, dr. António Costa, nas dificuldades do senhor Ministro da Saúde? Esteve quando a senhora dra. Marta Temido teve dificuldades por altura da pandemia, mas por trás do senhor Ministro da Saúdo do Porto não esteve. Referiu que estava muito contente pelo senhor dr António Costa ter pedido a demissão, mas não por os motivos que foram. É necessária uma renovação no país para que saúde funcione porque já se viu que o Serviço Nacional de Saúde não dá resposta às necessidades da saúde dos portugueses, pois é uma falência. Acredita que um bom Serviço Nacional de Saúde seja importante no sistema nacional de saúde nacional, mas está provado que não consegue dar resposta. Mais uma vez expressou o seu agrado pela demissão e nisso a Câmara Municipal de Penafiel teve muita importância na chegada de grupos de saúde privados a Penafiel que possam suprir as necessidades da sua população. Se houver alguém que neste momento e em durante vários dias da semana, tenha um acidente na região, não há equipas de cirurgia na urgência para receber traumatizados, há de ortopedia mas não há de cirurgia geral. As grávidas têm que se deslocar para o Porto. Aa crianças que necessitaram de pediatria durante vários dias tiveram que ser tratadas no Porto. Estava a viver num caos, era revoltante e não podia a Assembleia Municipal de Penafiel não podia deixar passar isso em

claro e por isso levantava a sua voz contra o flagelo em que se encontrava a saúde em Portugal atualmente. -----

----- O senhor deputado Renato Barros: Disse que quando o senhor deputado Joaquim Lindoro ali chegou e disse que ia falar de algo importante no hospital Padre Américo, pensou que se ia referir à inauguração do Hospital de Dia de Onco- Hematologia, ou do serviço Nefrologia e da diálise que lá se faz atualmente, ou da expansão do serviço de urgência que está em fase de construção mas falou de uma questão muito importante e relevante e que é uma preocupação significativa também da bancada do Partido Socialista. É verdade que há limitações na urgência do hospital e que é lamentável. E porque o senhor deputado Joaquim Lindoro imputou ali responsabilidades a 20 anos de governação socialista, mas naquele aspeto concreto da saúde, era importante que verificassem porque é que tudo aquilo estava acontecer e o que é que deveria ser feito para que tudo aquilo não aconteça. -----

----- Há muito trabalho feito e não há cidadãos sem cuidados de saúde. No despacho recente da Direção Executiva 203, refere que há uma rede de referenciação que deu provas que funcionou na altura da pandemia e que está a funcionar agora, o que não deixa de tirar a gravidade que tem o facto de haver limitações na urgência. Mas também têm que descansar os cidadãos de Penafiel porque para as emergências há equipas que asseguram essas mesmas urgências. -----

----- O senhor deputado Joaquim Lindoro, na sua intervenção, clarificou qual visão para a saúde do PSD que é a sua privatização e deixar os mais desprotegidos e os mais pobres sem cuidados de saúde, porque esses não têm acesso ao privado. Mas é importante que se verifique, que se hoje não têm urgências, dizem que alegadamente não há médicos, mas se se fizer uma retrospectiva aos tempos da governação do PSD que diziam que havia médicos a mais e que não havia vagas para todos os internos que acabavam a sua especialidade. -----

----- Referiu que os governos do PSD não criaram nenhum curso de medicina e o Partido Socialista já criou 5 curso para poderem no prazo de 12 anos terem a sua especialidade e são estes factos que têm reflexos no tempo. Vale apenas, também ver o impacto que tem o investimento feito na saúde no tempo da troika. Compreendia muito bem os profissionais da saúde que atualmente reclamam melhores condições, porque depois de verem mais de 30% do seu rendimento retirado no tempo do Governo do PSD, mesmo após da recuperação feita nos últimos ainda não é suficiente. -----

----- Perguntou qual a posição do PSD sobre o acarinhar dos movimentos inorgânicos radicais que mimam completamente qualquer processo de chegada a conclusões e a decisões sobre aquilo que é preciso melhorar no sistema de saúde. -----

----- O senhor deputado Joaquim Lindoro: Disse que ficava contente que senhor Renato Barros aborda-se o tema da saúde, porque normalmente, nas suas intervenções, o tema não era o da saúde. Tratando-se de um enfermeiro de topo, com altas responsabilidades no SNS, é bom que, de vez enquanto, embora reactivamente, ali falasse de Saúde, porque quando fala desse tema contribui para o esclarecimento dos problemas naquela área com saber. -----



-----Referiu que 20 anos de Governo Socialista assentaram nas horas extras dos médicos que quando estes deixaram de as fazer para além daquilo que deviam foi um caos, ou seja o Governo durante os 20 anos não acautelou aquela situação.-----

-----Quantos aos serviços de Onco-Hematologia e Nefrologia no hospital Padre Américo, de facto houve recentemente a admissão de 37 médicos, mas não responderam ao problema principal que é o da urgência e trouxeram um problema maior, embora esteja de acordo da sua vinda, que é o problema a falta de espaço. Também não é com as obras que estão a realizar, que já lhe chegou ao conhecimento, de que os médicos não foram ouvidos no plano daquelas obras e por isso não será com aquelas obra que o problema fique resolvido.-----

-----Por exemplo, os elevadores não funcionam bem porque há excesso de pessoas no hospital Padre Américo e a solução passa por construir um novo edifício com um novo sistema de elevadores para que o aumento de pessoas no hospital seja possível.-----

-----Estava a favor dos novos serviços, essa opção do Conselho de Administração é uma mais-valia para a população, mas não podiam justificar o que se passa nas urgências com a abertura de novos serviços pois o hospital não tinham sido planeado para esses novos serviços embora concordasse com eles mas era necessário um novo edifício e não com remédios como está a ser feito no hospital.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por agradecer as intervenções dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Sebolido e da Capela pelas palavras simpáticas que ali dirigiram à Câmara Municipal relativamente à forma como a gestão está acontecer nas respetivas freguesias.-----

-----Porque é uma questão relativamente objetiva e foi colocada no início da sessão pelo senhor deputado Tiago Josué no que diz respeito à questão das carreiras da Valpi para o Porto, esclareceu que o que acontece é que com a delegação de competências, ou a passagem das competências da Autoridade de Transportes para as áreas metropolitanas e para a CIM, foram feitos novos concursos de concessão e alguns operadores que tradicionalmente ganhavam determinadas carreiras, nos novos concurso não as ganharam, pelo menos, todas. E aquilo que acontece nessa carreira que o senhor deputado referiu de Penafiel para o Porto da Valpi, prende-se exatamente com esse facto, pois algumas dessas carreiras foram ganhas por um outro operador, a empresa Alsa. A Valpi mantém algumas e outras deixa de ter mas o importante é que as carreiras vão continuar a ser efetuadas e o que importa aos utentes é que à hora tenham o autocarros a passar e isso vai manter-se. Por exemplo na CIM Tâmega e Sousa, nos concursos de concessão foram feitos por lotes atendendo à grande extensão do território e no lote que diz respeito a Penafiel a Valpi ganhou a totalidade do lote, o que não aconteceu, por exemplo com outros municípios. O que é importante referir é que os utentes vão continuar a ter e até ter mais as carreiras disponíveis porque em geral todas as novas concessões são mais cuidadas e presentes, têm mais oportunidades e alternativas. Estão a preparar um comunicação para que todos os munícipes sejam informados e fiquem a saber do que está e o que vai acontecer.-----

-----No que dizia respeito à central de transportes não haverá por essa via nenhuma alteração ao que estava previsto e programado porque resulta do próprio mapa dos cadernos de encargos dos

concursos as passagens na central de transporte a todo o operador que tem que cumprir o que está estipulado. -----

-----Relativamente ao importantíssimo tema dos Cuidadores Informais, disse que na informação escrita não tinham mais matéria sobre o tema porque a informação é apenas respeitante à atividade ocorrida desde a última Assembleia Municipal até ao final do mês de outubro. No entanto, informou que, por exemplo, foi celebrado com um conjunto vasto de atividades o Dia do Cuidador Informal ocorrida no mês em curso, mas como ocorreu depois do período da elaboração da presente informação e só por isso é que não consta, mas certamente que constará na próxima informação de fevereiro. ----

----- Ao longo destes últimos anos, mesmo antes de ter sido criado o Estatuto de Cuidador Informal, já em Penafiel desenvolviam ações de educação para a saúde destinada aos cuidadores informais onde participaram empresas pública e empresas privadas do concelho, colaborando com médicos, enfermeiros, terapeutas e assistentes sociais, precisamente para essas ações direcionadas aos cuidadores informais. Foram desenvolvidas diversas ações de yoga, relaxamento, terapia o riso, partilha de experiências, entre outras a pensar no bem-estar desses cuidadores. Referiu que muitas das vezes essas ações são feitas sem alarido e publicidade porque é uma área muito sensível e já basta a fragilidade de quem tem de desempenhar esse mesmo papel, que é exatamente um olhar de carinho, de cuidado e atenção. Essa é uma área que os preocupa muito, uma área prioritária para a Câmara Municipal e que vão olhar para ela sempre com muita atenção. -----

----- No que diz respeito à intervenção do senhor deputado Luís Monteiro referente à execução, disse que o município tem vindo, ano após anos, orçamento após orçamento a aumentar a execução e é isso que vão continuar a fazer. Este ano vão chegar ao final do exercício com a melhor execução de sempre, como já aconteceu no ano passado, à semelhança do que aconteceu no ano anterior e assim sucessivamente. Assim, vão atingir o objetivo pretendido dos 80%, porque é para aí que caminhavam de forma gradual, mas firme e segura sem colocar em causa o que é importante, ou seja atender a todas as solicitação que têm e são muitas dos penafidelenses. -----

----- No que concerne ao anuário financeiro publicado recentemente, disse que ficou desapontado por não ouvir da parte do Partido Socialista, que aparentemente, dedica muita atenção àquela área, nenhuma intervenção ao tema. O que o anuário financeiro diz relativamente às contas e ao percurso que tem feito o município de Penafiel é muito positivo e todos enquanto penafidelenses, e os que estão na governação e na oposição, tinham que sentir orgulhosos. O anuário financeiro é um documento feito pelo técnicos oficiais de contas do país, é uma associação de credibilidade inquestionável e que avalia os 308 municípios portugueses, com os mesmos critério, análises e pontos que todos e forma objetiva. Portanto, quando refere que Penafiel estava em 1.º lugar no distrito do Porto ao nível do equilíbrio orçamental e ao nível do país está em 7.º lugar num universo de 308 municípios, devia deixar a todos muito satisfeitos e orgulhosos pela situação financeira da Câmara Municipal de Penafiel. -----

----- Na categoria dos municípios com o maior volume de investimento pago, Penafiel está no top 20 a nível nacional, ou seja, investiam mais e pagavam mais, num universo de 308 municípios portugueses não era coisa pouca. -----

-----Na sua opinião, elemento mais positivo e mais relevante é o facto do município de Penafiel, ser nos últimos 10 anos, o 8.º município do país com maior investimento *per capita*. Está em 8.º lugar na gestão que faz dos dinheiros públicos e dos impostos que penafidelenses pagam, ou seja, devolvem aos cidadãos, através do investimento que o município faz dos impostos que pagam. E é isso exatamente o que deve acontecer, o Estado deve cobrar os impostos que apenas são essenciais, e não como acontece, por exemplo, na governação nacional em que há uma carga fiscal que é sufocante, mas depois os impostos que cobra deve devolve-los, fazendo essa distribuição de riqueza por todos os concidadãos. Penafiel está de parabéns relativamente área da gestão financeira do município. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Jose Macedo sobre as passadeiras e limpeza das bermas, disse que o município ia voltar a sensibilizar as Infraestruturas de Portugal para essa situação uma vez que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, Aliás, se há matéria em que a Câmara Municipal não pode ser responsabilizada é na limpeza das valetas, porque ou as estradas são nacionais e a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal ou as estradas são municipais e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm essa competência e exercem-na bem. -----

-----A estrada de Guilhufe para Irivo ou Irivo/Guilhufe, estava a ser excepcionalmente pressionada com o trânsito devido ao corte, que de momento está ainda a circular na rotunda do Carneirinho e o que ficou e está acordado por parte das Infraestruturas de Portugal com a Câmara Municipal que, assim que o trânsito volte a circular normalmente, as Infraestruturas de Portugal vão fazer a manutenção das estradas que foram utilizadas em termos de alternativa a esse corte de trânsito, sendo depois devidamente reparadas. Provavelmente ainda durante este mês a rotunda do Carneirinho deverá ter o trânsito a fluir, não aconteceu antes porque o tempo não tem permitido, tem estado uma chuva diluviana que não permite que as obras avancem. -----

-----A propósito da questão da Saúde, disse que é um tema que a todos preocupava e não foram apenas os partidos políticos que tiveram intervenção nessa matéria, a sociedade civil também fez uma manifestação e vigília, da qual participou juntamente com a senhora Vereadora Com o Pelouro da Saúde, que ocorreu às portas do Hospital Padre Américo, precisamente para dar nota publica dessa preocupação, que sobretudo os utentes sentem com o estado a que chegou a saúde em Portugal e em particular no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Esperavam que as próximas eleições legislativas trouxessem, também, nesse domínio mudanças. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos., para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Referiu que a elaboração de orçamentos de receita e despesa desempenha um papel crucial no exercício eficiente das Câmaras Municipais, sendo um alicerce para uma intervenção política sólida e eficaz. Esses documentos financeiros não apenas oferecem uma

visão clara e organizada das entradas e saídas de recursos, mas também constituem uma ferramenta essencial para a promoção de uma gestão financeira responsável e transparente. -----

----- Nesse contexto, é com tristeza, mas não com espanto, que observamos a 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, e por conseguinte a alteração ao PPI.-----

----- Depois da primeira alteração, em fevereiro e da segunda, em abril, onde as alterações serviram para inscrever montantes, provenientes de pequenas vendas de bens de investimento, empréstimo de curto prazo e saldo da gerência anterior, eis que agora o Executivo nos apresenta uma diminuição da previsão da receita e despesa em cerca de 15,5 milhões de Euros, um exagero de valor, mesmo quando comparado com 2021 e 2022, onde se registou uma diminuição de 8,9M€ e 5M€, respetivamente.-----

----- É fácil perceber o porquê do Executivo não conseguir executar o que promete. A estratégia de empolamento orçamental vigora, de ano após ano, desde 2001 e isso faz-se sentir.-----

----- Mas, se sabemos a razão de fundo, que é a incapacidade da Autarquia executar grande parte da receita que prevê, não é possível a esta Assembleia saber o que falhou exatamente. A alteração modificativa ao Orçamento da Receita apresenta-nos uma diminuição que ultrapassa os 15,5M€, de quase 28M€ para sensivelmente 12M€, numa redução de 57% apresentados numa única rúbrica, designada "Outros". Não sabiam nem onde, nem como, nem porquê houve uma falha tão grande na execução da receita de capital, e chamam a isto boa gestão.-----

----- Por outro lado, sabiam exatamente onde o Executivo prevê cortar na despesa. Não ia entrar no cenário micro, mas não podia deixar de reparar numa obra particular, o Loteamento da Zona Industrial de Recezinhos, onde a Autarquia previa gastar 91.634€ e prevê agora gastar 23 cêntimos. Isto é que é otimizar os gastos públicos.-----

----- Mas com seriedade, porque o assunto assim o merece, analisemos onde o Executivo cortará na despesa prevista. Dos 15,5M €, 14.9M€ seriam dedicados ao investimento e crescimento do nosso concelho, se não vejamos:-----

----- Instalações Desportivas- de 10.4M para 6.6M, uma redução de 3.8M.-----

----- Creches - de 732mil para 3mil, uma redução de 729 mil.-----

----- Construções diversas, onde se incluem estradas, viadutos, cemitérios, e outros- de 20.3M para 13.8M, uma redução de 6.5M, e chamam a isto boa gestão.-----

Entendiam que o senhor Presidente tenha herdado esse tipo de estratégia governamental do seu antecessor e putativo candidato à sua sucessão, mas não nos digam que isto é boa gestão, não nos tentem convencer que diminuir 15,5M€ no orçamento da Receita, onde a rúbrica é designada "outros", sem qualquer detalhe, é uma gestão transparente. Assim é fácil aumentar a execução.-----

----- Disse que em 2021 e 2022 o grupo municipal do PS, naquele mesmo ponto, que o Executivo que o senhor Presidente lidera, faz a chamada navegação à vista. Mas tudo isso não é fazer navegação à vista, tudo aquilo é a prova de que a Coligação Penafiel Quer está completamente à deriva.-----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que não ficava nada espantado com a intervenção do senhor deputado que o antecedeu, porque quem é capaz de comparar o anuário financeiro com os dados da DGAL é capaz de tudo. Portanto, o anuário dos técnicos, coordenada pela isenta Universidade

do Minho, pela Doutora Maria José, é de facto lapidar esclarecedor de como tem a Câmara Municipal de Penafiel governado os seus destinos em termos financeiros. O senhor deputado Tiago Josué apresenta ali uma tese, que quem não percebe e não conhece a realidade pode pensar que as coisas eram mesmo assim mas realmente não eram, ou seja é completamente ao contrário do que o foi dito pelo senhor deputado. -----

-----Explicou que gerir no caso dos municípios, é tomar decisões financeiras durante um ano económico e os orçamentos são feitos na base anual de acordo com as projeções e essa mesma projeções raras vezes se concretizavam. Para que possa existir um qualquer investimento, fosse ele do PRR, fosse do fundo do quadro comunitário de apoio fosse uma urgência tem que estar transcrito no orçamento e no PPI, senão não se podia executar. Todas as Câmaras Municipais que gerem bem e fazem uma boa gestão e por isso é que estão nos primeiros lugares do anuário financeiro das autarquias procedem dessa mesma maneira. Preparam os orçamentos com os investimentos que pretendem executar, e depois, e é por isso que existem as modificações orçamentais, vão paulatinamente gerindo e alterando os seus orçamentos e os seus Planos Plurianuais de Investimento. Logo, chegando a esta fase, em que o Executivo concluiu que ou porque os investimentos ficaram aquém daquilo que estava projetado, ou porque objetivamente não é possível executar tudo no ano em curso, ou porque já executou mas ficou alguma sobra e nessas circunstâncias vai-se reduzir. O exemplo ali dado pelo senhor deputado, e que fez alguém rir na sua bancada, é exatamente ao contrário, ou seja, as sobras a que o senhor deputado se referiu que diminuíram, significa que a obra já findou e está lá a mais e dever ser reduzido no orçamento porque não acrescentava nada. Por exemplo, se executarem uma empreitada de 10 milhões e só gastaram 9 milhões, sobrava 1 milhão que ia ficar de lado. E a boa gestão diz que o dinheiro que ficou lá parado deve ser alocado a outro investimento ou reduzir ao próprio orçamento, à semelhança do que fez a Câmara Municipal de Penafiel. Algumas rubricas não se concretizaram, mas a maior parte delas ou houve redução ou passa para o ano seguinte e portanto é sinal a boa gestão e com essa boa gestão, faz com que no final do ano a execução orçamental vá para a casa dos 80% e por esse motivo é que Penafiel está e continuará a estar, no anuário financeiro, no top dos municípios com boa gestão e também por isso é que os penafidelenses continuam a apostar ca vez mais na maioria que governa os destinos do concelho e a bancada do PS está cada vez mais curta. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o senhor deputado Carlos Pinto conhece a Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, e no seu artigo 56.º (Alerta precoce de desvios), no n.º 3 diz: "No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1 que é a DGAL. Assim, perguntou ao senhor deputado, se tinha conhecimento que houve uma auditoria financeira realizada pela IJF, que detetou infrações financeiras, designadamente as que foram referidas pelo senhor deputado Tiago Josué, e que as mesmas foram para o Ministério Público. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que essa questão não tinha nada que ver com a questão que ali tinha explicado anteriormente e por isso assumiam que a sua explicação estava correta e o que o senhor deputado Tiago Josué referiu na sua intervenção estava errado. -----

----- Conhecia muito bem a Lei 73/2013 assim como a Lei 75/2013, entre outras, e sabia que o IGF e o Tribunal de Contas fazem muita inspeções e averiguações, dão as suas opiniões e fazem os seu relatórios e esses, depois são contraditados. Quando a IGF entende, envia para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público, que depois os municípios vão em contestação dizer o que entendem. Tanto quanto é conhecedor, não houve mais nenhuma história, porque ou ficaram satisfeitos com a resposta do município ou então sabem o que fazer e encostaram o processo. -----

----- Referiu que, em mais de 20 anos, que o Executivo da coligação da Penafiel Quer, leva à frente dos destinos do concelho de Penafiel, as diversas inspeções que tem tido sobre a área financeira tem resultado em não ter rigorosamente nada contra a atividade e o exercício da autarquia. Esse é sinal de que o caminho e a forma de gestão da Câmara Municipal de Penafiel vai na direção certa, e que resulta e se retira dessas interpretações e entendimentos de quem tem a obrigação de fiscalizar a atuação dos municípios. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 39 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e José António da Silva Oliveira, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.

----- 4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da Derrama para o ano de 2024 - Lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2024, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e a isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, incidente sobre o lucro tributável, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, ao abrigo do disposto

no n.º 24, do artigo 18º, da mesma Lei e de acordo com disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que a derrama representa cerca de 1M€ nas receitas do município e por essa razão é uma importante fonte de financiamento dos serviços públicos que a câmara disponibiliza aos penafidelenses.-----

-----Mas foquemo-nos na isenção proposta. -----

A Câmara Municipal de Penafiel pretende abdicar para 2024, à imagem do que tem feito nos últimos anos, de 1,5% sobre o lucro tributável às pequenas empresas na estrutura empresarial local, mais concretamente aquelas que não ultrapassem um volume de negócios de 150.000€.-----

-----Como ainda no ano passado tive a oportunidade de referir, o PS não é contra esta isenção, no entanto temos muitas dúvidas relativamente ao seu alcance e aos seus resultados.-----

-----E mais referimos que muito possivelmente o perdão fiscal inferior, na maioria dos casos, a 40€ anuais para essas pequenas empresas seria mais bem investido na economia local e isso beneficiaria ainda mais os empresários do que com esta medida----- .

-----Como resposta o senhor Presidente da Câmara, referiu que a perda de receita que essa isenção representa, rondará os 150 mil euros anuais, para o orçamento municipal. Pois continuamos acreditar que esse valor investido na economia teria um efeito mais reprodutivo e potenciador para a economia local.-----

-----O PS está disponível, se o executivo assim entender para criarem uma comissão no âmbito desta assembleia que no próximo ano tenha a missão de apresentar uma solução alternativa a esta isenção da derrama. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 41 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vítorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e José António da Silva Oliveira, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.

----- **5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2024, nos seguintes termos: Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3%; Dedução fixa, no valor de 70€, para os agregados familiares com três ou mais dependentes, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com o nº 1, do artigo nº 112-A do CIMI, e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

— O senhor deputado Tiago Josué: Disse que é com satisfação que a Bancada Parlamentar do PS constata que a Câmara Municipal continuará a propor a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024 no mínimo legal de 0,3% nos prédios urbanos e 0,8% nos prédios rústicos. Contudo, a bancada do PS continua a defender, desde o início do mandato, que o Executivo vá além na defesa das famílias e isso passa por incluir deduções fixas para todas as famílias com dependentes a cargo, não apenas para as famílias com três ou mais dependentes. -----

----- Recuperei uma frase do senhor deputado Carlos Pinto, presente na ata da reunião de 25 de novembro de 2022, sobre este mesmo tema, onde disse que "a primeira regra do Executivo é que nunca se aumentem os impostos, e sempre que possível reduz-se até ao mínimo legalmente possível". E disse mais, proferindo que "a vida já é difícil e que ao reduzir os *impostos* estavam a aliviar as famílias penafidenses, que já sofrem com os impostos que têm que pagar anualmente." -----

----- Pois ainda bem, que o senhor Deputado Carlos Pinto concorda, também ele, com a posição do Partido Socialista: o Executivo deve ajudar os seus munícipes tanto quanto possível, ainda para mais num cenário económico internacional que, como sabemos, é incerto. O próprio Governo da República, pela pessoa do senhor Ministro das Finanças, Fernando Medina, declarou que não estava previsto qualquer aumento de IMI para 2024, quando o expectável era que o aumento fosse de quase 7% se as Finanças decidissem avançar com a revisão do Valor Patrimonial das casas, o que não irá acontecer. -----

----- Mas o Governo do PS foi mais longe. A Lei 56/2023 de 06/10, aprovou diversas medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas, nomeadamente o aumento das deduções fixas. -----

----- Nos últimos dois anos o grupo municipal do Partido Socialista defendeu a inclusão de deduções adicionais para os agregados familiares. Além dos 70€ deduzidos pelo Executivo para agregados com 3 ou mais dependentes, propusemos uma dedução fixa de 20€ para agregados com 1 dependente e 40€ para aqueles com 2 dependentes. -----

----- Hoje, nesta Assembleia, propunham que o Município de Penafiel vá além e assegure deduções fixas pelo máximo legal, ou seja:

----- 30€ para agregados com 1 dependente; -----

----- 70€ para agregados com 2 dependentes; -----

----- 140€ para agregados com 3 ou mais dependentes. -----

-----Para que ficasse claro, disse que a Bancada do PS aplaude a taxa mínima do IMI para prédios urbanos e rústicos, mas deviam ressaltar que se o Executivo quer fazer de Penafiel um Município Amigo das Famílias como tanto apregoa, devia olhar para a nossa recomendação de abranger todos os agregados com dependentes na dedução fixa, e não apenas os agregados com três ou mais dependentes, como tem acontecido. Por tal ainda não acontecer, a bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação deste ponto. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que ficavam satisfeitos com o Executivo por não aumentar a carga fiscal dos penafidelenses, não aumentar os impostos que incidem sobre os seus municípios sem evocar ali, guerras ou preço do petróleo ou conflitos Israel /Árabes. O senhor Presidente continua a manter o nível dos impostos sem sobrecarregar os penafidelenses. -----

-----Quando ali se discute a proposta para o IMI sobre os valores mínimos, quando muitos municípios estão muito longe de atingir aquela bitola, ficavam muito satisfeitos. Querer mais e ir além daquela proposta parece-lhe exagerado porque qualquer dia querem que se dê a cada cidadão outras quantias. É evidente que como não têm uma varinha mágica para fazer aumentar os impostos, nem pode por si só aumentar o IUC para o preço que quiserem, não conseguem receita adicional, vai ter que se conter coa a receita que obter e manter os mínimos da taxa do IMI que a bancada da coligação "Penafiel Quer" saúda. Saudavam porque sabiam que Penafiel está no bom caminho quando, há vários anos a esta parte, vem baixando e permitindo aos penafidelenses que a taxa do IMI seja a mínima legal possível e por isso votavam favoravelmente a proposta apresentada.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 38 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e José António da Silva Oliveira, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- **6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Participação Variável Participação Variável no IRS para o ano 2024 – Fixação, para os rendimentos do ano de 2024, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com**

domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS e para efeitos da alínea c) do nº 1, do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Começou por referir que a bancada da "coligação "Penafiel Quer" votará favoravelmente a proposta de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel. -----

----- Votavam favoravelmente porque, não porque gostassem que os penafidelenses pagassem mais impostos, mas, numa questão de justiça social, entendem que aquele facto é o melhor para os penafidelenses. Sabe que há a tentação de dizerem que se podia retirar 2% à semelhança de alguns municípios vizinhos, reembolsando ou fazendo regressar aos bolsos dos penafidelenses os 2%, mas entendem que não o deviam fazer porque é evidente que todas as receitas são fundamentais para o executivo e prescindir de receitas pressupõem deixar de poder apoiar alguns investimentos, apoios sociais e apoio às coletividades. Também há 45% de portugueses que não pagam impostos, ou porque os seus rendimentos não são suficientes para atingir o mínimo para o pagamento dos impostos ou porque depois das deduções feitas à coleta (saúde, educação e habitação), também ficam a pagar zero. Ou seja, têm um universo de 2,4 milhões de agregados familiares que não pagam impostos e a esses nunca se iria deduzir ou voltar a devolver os 2%. Dos que pagam impostos 40 a 45%, têm rendimentos entre os 13.500/14.000 e os 50.000 euros, esses pagam impostos e o remanescente de cerca de 40/50% recebem mais de 50.000 euros, ou seja, se forem entregar os 2% do IRS aos penafidelenses iam devolver a muitos dos penafidelenses que não precisam da benesse desse imposto. Se não se devolver os impostos àqueles que ganham menos, têm menos rendimentos e estão isentos de impostos e só tributar às famílias que recebem impostos e aos que ganham mais de 50.000 euros, não estavam a fazer justiça social. Entendem que é mais conveniente que esse dinheiro seja arrecadados nos cofres da autarquia e depois os possam distribuir socialmente pelos mais carenciados e desfavorecidos que infelizmente são aqueles que não pagam impostos. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: De acordo com regime financeiro o município de Penafiel tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho: A receita em causa tem sido relevante na promoção do desenvolvimento económico e social do município e nos últimos anos e sucessivamente o PS tem proposto uma redução de 20% que fixaria a taxa de participação do Município de Penafiel no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) em 4%. -----

----- A proposta de orçamento de Estado para 2024 que se encontra em discussão na Assembleia da República aposta no Reforço dos rendimentos das famílias portuguesas, concretizando-se em aumentos salariais, com particular destaque para o aumento histórico do salário mínimo nacional para os 820 euros, um referencial de 5% para os aumentos no setor privado e o reforço dos salários na Administração Pública ao mesmo tempo que se atualizarão as pensões, com um aumento de 6,2%,

significativamente acima da inflação registada em 2023 e prevista para 2024. Por sua vez, esperavam que a Câmara Municipal de Penafiel também fizesse a sua parte. -----

-----Entendiam que a Câmara Municipal tem o dever de dosear a carga fiscal que de si depende, aplicando taxas consentâneas com as suas necessidades financeiras mas que, ainda assim, não se consubstanciem numa reiterada perda de poder de compra das famílias penafielenses, permitindo que estas injetem esse dinheiro na economia local. Mais liquidez na economia local permite mais investimento, melhor desenvolvimento, e, a médio prazo aumento das receitas da câmara municipal de Penafiel.-----

-----Consciente do contexto atual de caráter excecional e de especial exigência social, económica e financeira, o Partido Socialista, entende que dever-se-ia incrementar uma estratégia política local de apoio à atividade económica e de alívio fiscal às famílias residentes no município de Penafiel, promovendo uma redução daquela taxa em 1 ponto percentual, com impacto direto na diminuição da carga fiscal dos contribuintes residentes no Município de Penafiel.-----

----- A redução que têm vindo a propor, representaria uma perda de receita na ordem dos 500.000€ com uma diminuição inferior a 0,5% das receitas do município, não afetando assim a sua capacidade orçamental. Sabiam que proposta que sucessivamente têm vindo a apresentar, sucessivamente tem vindo a ser reprovada naquele fórum.-----

-----Ainda assim, o Partido Socialista continua disponível para no próximo ano, se assim a maioria entender, criar uma comissão na Assembleia com a missão de identificar despesas correntes a eliminar de modo a compensar a referida perda de receita.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 38 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 12 votos contra dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.-----

----- **7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2024 em 0,25%, nos termos**

do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro., nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro, nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro e para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 38 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 votos contra dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- 8.º Ponto –Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da atualização dos valores das taxas e outras receitas municipais para o ano de 2024, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º, do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Penafiel. ----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 49 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

-----**9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, para os efeitos previstos na alínea m), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 49 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

-----**10.º Ponto –Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2024, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 49 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

-----**11.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2024, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos**



Compromissos e Plano Anual de Aquisições, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Relembrou que no exercício de 2022, discutido na sessão da Assembleia de abril, a título de impostos de diretos, o município previa arrecadar 10 milhões de euros e arrecadou 12 milhões de euros. Significava que os argumentos em termos de carga fiscal da coligação "Penafiel Quer", que acusam o Governo da maior carga fiscal de todos os tempos, também se podia aplicar esse facto ao município. Assim sendo, podia a Câmara Municipal ceder 1% do IRS aos penafidelenses. -----

----- Referiu que estavam, em mais um ano, a discutir os documentos provisionais e com direito a recordes. É o maior orçamento de sempre, 107 milhões e 490 mil euros, um aumento de 19% face ao ano passado, e de 37% quando comparado com o exercício de 2022. -----

----- Sabiam que o PRR e o Quadro Comunitário do Portugal 2030 têm uma enorme influência, e ainda bem, mas também sabemos, todos sabemos, que o Executivo não consegue executar o que prevê. Falha redondamente as previsões de execução da receita, ficando historicamente muito abaixo dos 85% previstos no artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e, por conseguinte, falha também na execução da despesa. -----

----- E antes que tentem justificar que a parca capacidade de executar da Receita é de culpa alheia ao Executivo, deixem-me que vos lembre que, segundo as vossas prestações de contas, apresentadas em abril a esta mesma Assembleia, e relativas ao exercício de 2022, não foi em matéria de transferências correntes que a Autarquia ficou aquém da execução, aliás, cobrou ainda mais do que esperava. -----

----- Mas o Município esperava executar quase 22M € em "outras receitas de capital", seja lá o que isso for, e cobrou 0% dessa mesma rubrica. E a bancada do PSD/CDS diz que os penafidelenses estão satisfeitos. Os penafidelenses não estão satisfeitos, os penafidelenses convivem há mais de 20 anos com este tipo de gestão autárquica e cabe ao Partido Socialista mostrar que existe uma alternativa, que é possível fazer diferente, que existe outro caminho para Penafiel. -----

----- Gostaríamos muito, que a bancada do Partido Socialista tivesse sido ouvida pelo Executivo Municipal, como acontece de resto em vários concelhos vizinhos, que permitem à oposição colaborar para o desenho do Orçamento Municipal. -----

----- Têm muitas ideias, como são prova as nossas intervenções na Área da Saúde, como a moção aqui hoje apresentada, na Educação, na Habitação e, entre muitos outros temas, no desenvolvimento estratégico do nosso concelho e de como queremos desenhar o nosso futuro comum. -----

----- Fez um repto ao senhor Presidente da Câmara para que no próximo ano, no seu último orçamento enquanto presidente da Câmara Municipal de Penafiel, nos ausculte e nos permita colaborar na elaboração dos Documentos Previsionais. -----

----- E se o senhor Presidente, os tivesse auscultado, saberia que algo que defendemos é a atribuição de um valor mínimo, *per capita*, para cada freguesia. Porque a equidade tem que fazer parte da gestão autárquica, e todas as freguesias, todas sem exceção, tem que ver as suas terras avançar, porque todas

as freguesias são compostas por penafidelenses, e não pode haver penafidelenses de 1.^a de 2.^a.-----

-----Pode ter a certeza que, se os tivesse ouvido, ter-lhe-íamos dito que não é justo que as freguesias de Boelhe e Rio de Moinhos não tenham um único Euro previsto no PPI. Ter-lhe-íamos dito, que não é justo que existam freguesias com um investimento a 4 anos previsto entre 10 e 20 mil euros, enquanto outras têm investimentos previstos de milhões ou dezenas de milhões de Euros.-----

-----Mas têm que reconhecer algo e têm que ser justos e enaltecer a sua mudança de postura com as freguesias lideradas por executivos eleitos pelo Partido Socialista. Se, no ano passado, estivemos aqui a criticar a falta de inscrição de obras nas nossas juntas, e a falta de atenção que deu aos nossos presidentes de junta, este ano a sua mudança de postura merece o nosso aplauso e merece o aplauso dos nossos presidentes de Junta. Foram assumidos bons compromissos, que esperemos sinceramente que cumpra, mesmo com toda a dificuldade orçamental que, todos sabemos, irá ter.-----

-----Mas, ainda assim, acreditamos que o Sr. Presidente vá cumprir a sua palavra, que vá cumprir os compromissos assumidos com as juntas do Partido Socialista e é por isso que terá os votos a favor dos senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.-----

-----Quando aos deputados do PS, têm votado contra os Orçamentos e PPI por todas as razões conhecidas e reiteradas por si nesta intervenção. Em consciência, não podiam votar a favor dos Documentos Previsionais para 2024, mas queriam assinalar, uma vez mais, a mudança de postura positiva do senhor Presidente da Câmara com as nossas Juntas de Freguesia, que espera que mantenha, pelo que contará com a abstenção da bancada o PS.-----

-----O senhor deputado Carlos Pinto: Esclareceu que o Executivo não aumenta a carga fiscal. Sabiam que a bancada o Partido Socialista está habituada a que o Governo do país aumente a carga fiscal e consiga aumentar ainda mais daquilo que tinha aumentado no passado, quer com impostos diretos quer com impostos indiretos (o exemplo do imposto sobre o IUC, bebidas, comida, tabaco), ou seja, todo serve para aumentar os impostos, para que Portugal possa ter e ser campeão europeu em termos de carga fiscal.-----

-----É verdade que a receita do município, no ano transato aumentou, mas não foi através dos impostos, mas sim a receita proveniente do IMI, que não é carga fiscal porque é uma taxa fixa, e houve um aumento de arrecadação de receita proveniente do volume de negócios. Aliás todos os municípios do país que tiveram um aumento da receita do IMI e do IMT e outros que associados à melhor performance da habitação produziu e fez com que os municípios aumentassem as suas receitas. Repetiu que Executivo em Penafiel não aumenta os impostos aos seus concidadãos.-----

-----Referiu que qualquer cidadão pode ficar admirado porque o volume do orçamento e do PPI associado para 2024 vai ser de 107 milhões e à primeira vista parece ser um grande exagero, mas se analisarem o passado, o IMI tem aumentado na casa dos 7%, fruto dos negócios e da valorização patrimonial, que é transversal a todo o país. As transferências do FEF aumentaram pela forma como é contabilizado o mesmo. A descentralização que é uma receita mas também é um custos, aumentou na casa dos 9 milhões, ou seja, se o Estado transfere responsabilidades para as autarquias, que depois

têm que arrecadar a receita e vão ter que assumir as despesas. Depois têm os fundos comunitários, o PRR que a Câmara Municipal de Penafiel é campeã na obtenção de fundos comunitários, porque faz o trabalho de casa muito bem feito, e tudo aquilo somado faz com que o orçamento da Câmara de Penafiel fosse o orçamento daquela dimensão. Mencionou que estava ali justificado a forma como o Executivo há muitos anos vem trabalhando os seus orçamentos e os seus PPI, de forma a incorporar na base novel do PPI as obras que considera fundamentais para o desenvolvimento do concelho, quer em termos de freguesias quer em termos das obras que são estruturantes para o Executivo. -----

-----Disse que não podia olhar para a árvore mas sim para a floresta, porque a floresta que é o orçamento e o PPI, diz-lhes que o Executivo continua a privilegiar todo o seu tecido e a malha urbana, a rural, as freguesias, rede viárias, todos os equipamentos necessários para que o município Penafiel, continue a ser um dos municípios de vanguarda do país. -----

-----Conclui dizendo ao senhor Presidente que continuasse nesse bom caminho e o próximo Presidente que vier a estar sentado naquela cadeira, terá o apoio da bancada da coligação PSD/CDS-PP, porque naturalmente irá seguir a sua linha estratégica. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por dizer ao senhor deputado Tiago Josué que a Câmara Municipal cumpre, como fazem sempre, o Estatuto da Oposição e portanto, nesse contexto, o Partido Socialista podia ter feito chegar as suas propostas. -----

-----A propósito da preocupação do senhor deputado com o detalhe de obras no plano, disse que para além de obras detalhadas e que têm de estar efetivamente detalhadas por razões de financiamento, têm também rubricas genéricas que lhes permitem atender a muitas outras situações, e que não estando ali referidas expressamente, até por uma questão de organização do documento, mas não significa que não as iam concretizar. -----

----- Referiu que estavam perante documentos que são muito importantes para o caminho que querem continuar a trilhar da promoção do desenvolvimento de todo o concelho de Penafiel. Não prescindiam nem abriam mão de continuar com a gestão de rigor, queriam manter o equilíbrio financeiro mas queriam continuar a ser um dos municípios que mais investem por cidadão, o que está bem presente nos documentos, porque são várias as áreas em que têm intervenções muito significativas e que vão marcar muito todo o território para os próximos anos. Por exemplo, na área da saúde, uma competência assumida recentemente pelo município, que no próximo ano terá um investimento na ordem dos sete milhões de euros, na construção do novo centro de saúde nas Termas de S. Vicente, requalificar o centro de Saúde de Penafiel e construir uma nova Unidade local de Saúde Familiar de Penafiel, porque a cidade é maior do que era até à reorganização administrativa, assim como na requalificação de outras unidades de saúde do concelho, para melhorar as condições de acesso para os utentes e melhorar as condições de trabalho para os profissionais de saúde. -----

-----Na área da Mobilidade o investimento será de mais de seis milhões de euros e será aplicado entre outras, na construção de duas rotundas na saída da A4 para EN106 e no acesso à Zona Industrial n.º 2, o primeiro passo de uma obra que, pela sua importância em salvaguardar a segurança das pessoas e urgência, vai ser assumida pela Câmara de Penafiel, num investimento de mais de 1.7 milhões

de euros, mesmo sabendo que não é da responsabilidade da autarquia, vai ser o orçamento municipal que a vai pagar, devido à importância para combater um ponto negro da sinistralidade e pela fluidez que vai trazer ao trânsito. Também esta obra vai permitir uma outra obra que vai fazer a ligação desde a rotunda de Santa Marta até à entrada nacional que vai para Bustelo permita fazer o desvio e permitir atenuar o problema do trânsito de atravessamento na cidade. -----

-----No que respeita à área da Educação, será realizado um investimento de 14 milhões de euros, na requalificação de vários equipamentos como é o caso da EB 2,3 de Paço de Sousa, Pinheiro e Cabeça Santa, e Penafiel Sudeste, cujas prioridades estão já fixadas no âmbito do processo de descentralização de competências. Está ainda prevista a requalificação da Escola Básica de Peroselo e de várias salas de aula na D. António Ferreira Gomes, porque a primeira intervenção feita, na altura, as verbas disponíveis eram muito limitadas e agora iam reforçar essa mesma intervenção para melhorar ainda mais aquela escola, para que os alunos tenham as mesmas condições de conforto que têm todos os outros. -----

-----Na área da habitação, disse que o município ia investir cerca de 5.5 milhões de euros no próximo ano. Vão investir numa residência universitária na cidade de Penafiel que vai permitir que aqueles, e que já são em número significativo, que procuram a cidade de Penafiel pelas suas instituições de ensino superior e vão passar a ter essa residência universitária disponível para mais facilmente se poderem instalar. -----

-----Nas respostas sociais, quer no apoio que o município vai dar e o que já tem comprometido com as instituições que apresentaram as suas próprias candidaturas às respostas sociais, seja de lares, creches, serviços de apoio domiciliário ou nas suas mais diversas respostas, o município vai acompanhar nesses investimentos e contribuir para a parte da comparticipação privada, mas o município também tem os seus próprios, como por exemplo, a creche de Santa Marta que tão importante é para aquela zona que tem muita indústria de confeção e onde trabalham muitas jovens mães que vão poder aí terem os seus filhos, num investimento de cerca de 3 milhões de euros. -----

-----Na área do desporto será um investimento mais de 9 mil milhões de euros. O pavilhão Fernanda Ribeiro vai ser requalificado, que neste momento é o "parente pobre" dos pavilhões desportivos do concelho de Penafiel. Foi o primeiro a ser construído mas está velho e desadequado para as novas realidades. Também vai ser construído um novo pavilhão desportivo nas Termas de S. Vicente, que é um território que não tem um equipamento com aquelas características e atendendo à sua dimensão tem essa carência. Vão continuar para concluir o campo de futebol de Oldrões que é também um equipamento que está atualmente em curso. Vão também continuar a requalificar equipamentos desportivos por todo o concelho porque têm a perceção da importância que tem atualmente a prática do desporto na vida dos penafidelenses. -----

-----Há muitos outros investimentos em todas as freguesias do concelho que vão também ser feitos no próximo ano e vão continuar como sempre e como tem sido a marca deste Executivo, com disponibilidade orçamental para apoiar os mais carenciados, porque essa é sempre a prioridade das prioridades. É aquele o caminho que querem continuar a fazer para terem cada vez mais um concelho desenvolvido e com uma maior coesão territorial e social. -----

-----Concluiu dizendo que os senhores deputados da bancada do Partido Socialista deviam refletir, ponderar e juntar-se à maioria porque quem ficar do lado daquele orçamento e do plano de investimentos vai ficar bem na “fotografia” do concelho de Penafiel. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 45 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 9 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e José António da Silva Oliveira. -----

----- Declaração de Voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Disse votou favoravelmente porque o mais importante é o compromisso que a Câmara Municipal tem com a freguesia de Cabeça Santa. Agradeceu a grande obra que está a iniciar em Cabeça Santa que uma luta de vários anos e um marco para a freguesia. A hombridade e o compromisso que o senhor Presidente da Câmara Municipal teve com a freguesia de Cabeça Santa e com os seus cidadãos é muito importante.

----- **12.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para prévia assunção dos compromissos plurianuais, de acordo com a proposta a ser adjudicada, no âmbito do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação ao abrigo do disposto no Decreto -Lei n.º 50/2021, de 15/06, e do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008 - “CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – MUNICÍPIO DE PENAFIEL”, para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Pela análise dos documentos, tomamos conhecimento que a Câmara municipal numa primeira fase adquiriu 6.251 luminárias LED para substituição das existentes a mercúrio e sódio e que identificou os troços a intervencionar. -----

----- E que concluída esta primeira fase contratualizou o levantamento cadastral atualizado da rede de iluminação pública, complementado por uma Auditoria Energética e que quer agora dar o próximo



passo que é fazer um contrato de gestão de eficiência energética na iluminação pública através de uma parceria público-privada. -----

-----Com base nos elementos consultados a câmara estima realizar uma poupança anual de 10% o que representa cerca de 40.600€, com este contrato de gestão de eficiência energética com a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no "Sistema de Iluminação Pública".--

-----Da parte do PS, estavam de acordo com todas as medidas que possam ser implementadas no sentido da eficiência energética, porque essa poupança beneficiará não apenas a disponibilidade financeira do município, mas também é um importante contributo para a necessária resposta ao desafio climático.-----

-----Mas, achavam que a Câmara está muito atrasada nesta temática do ambiente e concretamente no que diz respeito à transição energética, como por diversas vezes tenho tido a oportunidade de falar, aliás ainda na última assembleia o fiz. -----

-----E a esse propósito da eficiência energética de expôs o seguinte:-----

-----Em 2020 foi aprovado o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública, para o período até 2030 (ECO.AP 2030), que substituiu o anterior Programa de Eficiência Energética na Administração Pública e que agora, mais exigente, obriga ao cumprimento de metas de redução (de consumo de energia, de autoconsumo de energias renováveis, de redução do consumo de água, de redução de consumo de materiais mas também de renovação de edifícios todos os anos). Este programa é coordenado pela DGEG e pela APA e tem o apoio da ADENE.-----

-----A Câmara de Penafiel tem obrigações neste âmbito, designadamente de elaborar o seu Plano de Eficiência para o primeiro triénio 2022-2024 cuja taxa de execução deveria neste momento, andar na ordem dos 50% atendendo a que estamos a cerca de metade desse triénio. -----

-----Nesse sentido e atendendo a que nenhuma informação deste âmbito tem sido transmitida nesta assembleia, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente qual o estado de implementação deste programa na Câmara de Penafiel: -----

-----Foi apresentado? -----

-----Foi aprovado? -----

-----Qual o estado da sua implementação?-----

-----Desejou a todos um Feliz Natal e que o ano de 2024 seja excelente para todos e com um novo Governo do PS. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquele ponto prende-se com prévia assunção dos compromissos plurianuais, de acordo com a proposta a ser adjudicada, no âmbito do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação do contrato de gestão de eficiência energética – iluminação pública do município de Penafiel e o senhor deputado Luís Monteiro certamente confundiu com o período antes da ordem do dia. Esclareceu que ia responder a todas as questões relacionadas com aquele assunto em discussão, com toda a objetividade. -----

-----Assim, explicou que tiveram no atual quadro comunitário a possibilidade de financiar a substituição de um número significativo de luminárias do modelo convencional por luminárias led e

ainda assim o financiamento não lhes permitiu substituir a totalidade das luminárias. Como no atual quadro comunitário não têm essa possibilidade e como o modelo de financiamento do quadro anterior é exatamente igual ao atual, ou seja, é pago com a poupança. O financiamento foi comunitário mas tiveram que devolver a verba em função da poupança à semelhança do que acontece naquele caso. A poupança não é de 10% mas de 10 a 90%, é aquilo que os concorrentes que quiserem ganhar mais oferecerem, sendo que pode ir do mínimo de 10% até 90% e é em função disso que será determinado o vencedor daquele concurso, ou seja, em função dessa mesma poupança e do prazo de execução do contrato.

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 49 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

----- **13.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração dos artigos 3º, 8º e 18º-A, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- A senhora deputada Inês Monteiro: Referiu que o Ensino Superior na sua essência deve ser o local que representa valores democráticos e ambientes inovadores. Não poderá ser considerado como um benefício da elite, mas sim como um nível normal da educação em cujo acesso deve ser livre para a população que o deseje frequentar.

----- No entanto, sabemos nem todos reúnem condições económicas para suprir as necessidades que estão associadas a essa frequência. Desta forma, o Estado e as autarquias locais, devem assegurar o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, pela superação de desigualdades económicas, sociais e culturais.

----- Penafiel tem registado históricos máximos de adesão ao ensino superior: segundo a Pordata, obtiveram 529 para 612 entre 2022 e 2023, um aumento de 15% em apenas 1ano. Se compararmos com 2020, tínhamos apenas 240 alunos matriculados, sendo o aumento de 155%. Enaltecemos este facto e as condições que o nosso Governo deu aos nossos jovens para que o ensino superior fosse uma

realidade para todos. Pois foi precisamente no OE 2020 que foi aprovado o valor máximo da propina nas instituições de ensino superior públicas para os ciclos de estudo de licenciatura e mestrado integrado a ser igual a 697€ e que se manteve congelado até ao presente e continuará. Ainda, a redução dos passes sociais, através do programa PART onde houve uma redução drástica do valor mensal despendido em viagens.-----

-----Ora, de acordo com o Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo, e passou a citar: a Câmara Municipal de Penafiel está ciente do papel fundamental que a educação desempenha no desenvolvimento de uma comunidade, tornando-a mais rica, mais justa e solidária, por isso, considera ser um dever seu apoiar os seus munícipes na prossecução dos seus estudos de nível superior.

-----Tendo em conta o exposto e o número de estudantes matriculados no Ensino Superior, consideramos manifestamente insuficiente a alteração de 8 para 10 bolsas atribuídas aos alunos Penafidelenses proposta neste regulamento. Mesmo com este incremento de 2 jovens abrangidos, e tendo em conta os dados da Pordata, as bolsas abrangerão apenas 1,63% dos jovens no nosso concelho. Senhor Presidente, sigamos as boas práticas dos nossos concelhos vizinhos: Em Paredes, o ensino superior público e privado recebe 23 bolsas. Já em Lousada, 100 alunos receberam bolsas de estudo. -----

-----A bancada do PS propõe, para além do aumento do número de beneficiários de bolsas escolares, a sua expansão também para estudantes de mestrado, não as cingindo aos mestrados integrados. Segundo dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), nos mestrados de 2.º ciclo, 16,2% dos estudantes tinham abandonado os estudos um ano após o início do curso. Apesar de não estarem ainda estudadas em pormenor as causas, sabe-se que são sociais e económicas as que estão na base, com enfoque nos recursos financeiros das famílias. -----

-----A aposta no ensino é urgente e impreterível. Um concelho mais qualificado é um concelho mais competitivo, mais atento, mais justo e mais livre. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Explicou que a proposta de aumento em 100% do valor das bolsas que a Câmara Municipal atribui e do número de bolseiros, foi uma proposta da maioria não foi uma proposta do Partido Socialista nem da JS. A senhora deputada Inês Monteiro só ali foi fazer a sua intervenção porque a maioria da Câmara Municipal decidiu, atendendo à inflação e ao aumento dos custos da habitação e dos encargos que os estudantes têm que suportar, que deveria fazer um esforço para aumentar o valor das bolsas em 100%, aumento superior ao que era em dobro, bem como aumentou o número de estudantes beneficiados, ou seja mais 10 que entram em cada ano e vão continuando até ao último ano do seu curso. Podem ter em cada momento cerca de 50 alunos penafidelenses a beneficiar da bolsa. -----

-----Mais explicou que a bolsa atribuída pelo município é suplementar, no sentido de que, só se pode candidatar à bolsa municipal, os alunos que não tem acesso à bolsa de estudo na sua universidade, porque quem tem a responsabilidade da ação social escolar é o Ministério da Educação. A bolsa municipal só se aplica aqueles alunos que não reuniam condições para ter acesso bolsa estatal. -----



----- Disse que quem ouviu a intervenção de forma distraída da senhora deputada Inês Monteiro pode pensar que foi a bancada do PS que se lembrou de ali propor aquele aumento. Nunca se tinham lembrado daquele assunto, e como viram a proposta apresentada pela Câmara Municipal despertaram para o tema. No entanto é bom porque agora ficaram cientes de que o município de Penafiel tem também esse desempenho na área do ensino superior. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 39 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- – 11 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.

----- **14.º Ponto –Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal Projeto de Regulamento Municipal de Alojamento Canino Temporário, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que era a sua primeira intervenção no atual mandato. É uma honra estarem todos ali presentes, sobretudo num tempo em que o exercício da política está a ser muito questionado, tem muita honra de fazer parte desde 2013 fazer parte da Assembleia Municipal de Penafiel, e ajudar, participar e opinar desde então para que comunidade funcione melhor.

----- Apesar da hora que tem, sente também tristeza porque, desde de 2013 passaram 10 anos e continuavam ali, com o mesmo arcaísmo e malabarismo. Todos sabiam que política tem um jogo de retórica sempre com a importância de restituir a verdade, mas sempre com o mesmo arcaísmo em pleno 2023 ainda usavam papel, quando muitas Assembleias Municipais já não usavam papel e com porta fechada sem a possibilidade de ser transmitida em direto para que os penafidelenses que estivessem longe do seu país pudessem assistir às mesmas e estar a par do que se passa no seu concelho. -----

----- Quanto ao documento em apreço disse que era de saudar a Câmara Municipal de Penafiel pela criação de Alojamento Canino Temporário. A ideia que fica, depois de ler o a proposta do projeto do regulamento, é dar abrigo a canídeos que estando dentro de famílias, que por alguma circunstância

menos favorável e com dificuldades possam manter o seu animal de estimação com abrigo e melhores condições. Por outro lado, se verificarem o artigo 6.º da presente proposta, a intenção inicial é retirada, ou seja há incongruência. Se há a intenção de cuidar dos canídeos em que os seus donos estão a passar dificuldades, e depois restringiam a "agregado familiar dispor de um rendimento mensal per capita igual ou inferior a 50% do IAS, em vigor a cada ano, é um valor muito baixo e acaba por restringir muito. --

-----Assim, o grupo municipal do Partido Socialista propõem que a proposta fosse revista na incongruência ideológica referida no artigo 6.º e que fosse depois, novamente proposta. Caso contrário, a bancada do Partido Socialista abster-se-á naquele ponto em apreço. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse houve alguma dificuldade na elaboração daquela proposta de regulamento, porque o problema está identificado mas a solução ainda está a ser procurada, uma vez que aquele tipo e proposta eram raras no país. Admitia que em breve voltariam a olhar para o regulamento porque iam ver como é que ele na prática iria funcionar. Naquele momento não podiam alterar a proposta uma vez a Lei não o permitia, mas o seu compromisso é ver como é que vai funcionar e oportunamente voltariam a debruçarem-se sobre o assunto. Além dessa questão mais financeira vão poder incluir outras melhorias no documento. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 37 votos a favor dos senhores deputados António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Joaquim Teixeira Bessa, e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados abstenções dos senhores deputados Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.

----- **15.º Ponto - Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **16.º Ponto – Discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento cargo direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão de**



Gestão Urbanística e aprovação da composição do júri, nos termos do disposto n. 1, do artigo 13.º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto na sua redação atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 48 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente e Valpedre. -----

----- 17.º Ponto – Discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento cargo direção intermédia de 2º grau Chefe da Divisão de Artes e Criatividade e aprovação da composição do júri, nos termos do disposto n. 1, do artigo 13.º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto na sua redação atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 48 votos a favor, António Carlos Sousa Pinto, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Débora Inês Mendes Soares, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Luís Alexandre Igreja Guimarães, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente e Valpedre. -----

----- — A senhora secretária da mesa perguntou se os grupos municipais tinham chegado a algum consenso sobre a participação de uma turma do 10,º ano, da escola Secundária de Penafiel na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----



----- O senhor deputado Tiago Josué Garcês Ferreira: Disse que o que ficou acordado por ambas as bancadas seria que os alunos assistiriam ao período antes da ordem do dia, onde há uma maior intervenção dos senhores deputados e maior variedade de temas em discussão, e depois os alunos colocariam uma questão a cada grupo municipal ou aos partidos políticos ali representados e ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. Inscreveram-se os cidadãos Carlos Vieira, residente em Rio de Moinhos, Margarida Moreira, Presidente da SOMIMO, residente em Penafiel e Eduardo Gomes, residente na freguesia de Valpedre. -

-----O senhor Carlos Vieira começou por dizer que no orçamento municipal apresenta números estrondosos para o concelho de Penafiel e questionou o porquê da freguesia de Rio de Moinhos não ter sido contemplada com qualquer obra ou valor no orçamento municipal. Fica triste em saber que a sua freguesia não tem investimento e também porque na altura da votação do orçamento e do PPI, o senhor Presidente de Junta de Freguesia, ter-se ausentado da sala e não defender sequer essa posição. Têm obras importantes na freguesia que deveriam ser realizadas, por exemplo na Rua da Vista Alegre, que todos os dias ou quase todos os dias encarava e têm o acesso ao pavilhão da freguesia, a zona envolvente esta toda por arranjar. -----

-----Referiu os ruídos na sua casa por causa de uma padaria que funciona nos fundos do prédio, disse que é bombardeado constantemente com esses mesmos ruídos. Apesar de já ter feito várias cartas para a Câmara Municipal, tendo recebido algumas respostas, mas inconclusivas. Aquela situação já existe desde 2021 e o problema ainda não resolvido nem o proprietário foi chamado atenção. Há o problema de uma chaminé colocada abusivamente sem a autorização dos condóminos, que liberta um fumo tóxico. Infelizmente, tem um familiar com uma doença grave e esse problema tem agravado ainda mais a sua saúde. -----

-----A senhora Margarida Moreira, Presidente da Associação de Utentes Voluntários do Centro de Saúde - SOMIMO disse que a sua intervenção prendia-se com o facto de pedir à Assembleia Municipal que fosse mais interventiva nos protestos, fosse no que fosse para o Serviço Nacional de Saúde. Referiu que fizeram uma manifestação no dia 3 de novembro, onde esteve presente o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vereadora Daniela Oliveira, contudo esteve presente muito pouca gente, mas d na terça-feira seguinte, o senhor Primeiro-ministro demitiu-se. -----

-----Mencionou que Penafiel não podia continuar a ter as portas do hospital fechadas. Os penafidelenses e todos os seus utentes merecem mais respeito e mais dignidade e não podiam enveredar pela via do privado, porque esses são só interesses para eles para a ninguém. -----

-----O Serviço Nacional de Saúde é o único capaz de garantir equidade aos cuidados de saúde aos portugueses e, portanto, o que eu peço a esta Assembleia Municipal e que seja mais interventiva, nós temos que fazer mais pressão, porque as portas do hospital não podem estar fechadas. -----

-----A pediatria abriu no mesmo horário dos centros de saúde, continua a das 8h às 18h e aos fins-de-semana está fechada, uma emergência, não pode ser assim, tem que estar 24 horas sobre 24 horas, sete dias por semana, 365 dias por ano a funcionar. É escandaloso quando se tem uma emergência,

terem que ir ver o calendário para saber quais as urgências estão abertas. Aquela lastimável situação não pode acontecer e por isso, mais uma vez, solicitava à Assembleia Municipal que se mobilize que que seja mais interventiva naquela situação.-----

-----O cidadão, Eduardo Gomes, atualmente residente em Penafiel, na última Assembleia, ainda residia em Valpedre. -----

-----Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara resposta que recebeu da questão que colocou na última sessão da Assembleia Municipal porque já demonstra progresso, uma até à última Assembleia não tinha recebido respostas. Já teve oportunidade de, em privado, dizer ao senhor Presidente que há uma resposta que eu apreciou bastante, que é sobre o Centro Cívico de Valpedre em que na Assembleia de freguesia, da qual é eleito, perguntou, qual seria o prazo de execução da obra para a qual não obteve resposta e por esse motivo questionou o senhor Presidente sobre esse assunto e obtive a seguinte resposta: "Sobre a conclusão das obras do Centro Cívico de Valpedre, informamos desde já que as obras da segunda fase tiveram início recentemente no fim de agosto. Como sabe, este é um compromisso eleitoral do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, dr. Antonino de Sousa, que, tal como todos os outros compromissos, será honrado." Apreciei a resposta, era resposta política correta, mas não lhe respondeu em que data é que a obra ficaria concluído. Por isso, voltava a questionar, já que sabia que a promessa seria honrada, para quando essa mesma conclusão da obra.

-----No que dizia respeito à de isenção do IMT, enquanto jovem residente em Penafiel, foi com muito agrado que viu a essa proposta avançar. Consultou várias notícias na comunicação social, mas talvez tivesse feito uma interpretação errada, pois pensou que seria para todos os jovens que comprassem casa em Penafiel, durante o ano de 2023. Dirigiu-se aos serviços da Câmara Municipal, submeteu a sua proposta, mas recebi uma carta a dizer que a sua candidatura foi rejeitada, porque a escritura da sua habitação era anterior à publicação do regulamento. Obviamente que legalmente a apreciação do seu pedido foi a correta, mas o senhor Presidente da Câmara como Homem sério e autarca que gosta de sua população e de atrair os jovens a Penafiel, sugeriu que fizesse uma revisão do regulamento passasse a incluir todos os jovens que compram casa em Penafiel, o início do ano 2023. Tinha a noção isso é um desafio, porque vai mexer com as contas do município, mas seria interessante que se fizesse uma revisão ao regulamento para que passasse a incluir todos os jovens que compram casa em Penafiel, desde início do ano 2023. -----

-----Quanto há recolha do lixo, disse que novamente confuso, porque na Assembleia de freguesia já questionou e ninguém lhe soube responder, voltou a questionar naquele fórum, na última sessão da Assembleia Municipal e a resposta que recebeu da Câmara Municipal foi que a Junta de Freguesia tomou a iniciativa de adquirir 10 contentores de 120 litros para resolver a questão da rua da Ribeira. Continuavam a ter em Valpedre um défice naquilo que são número de contentores para depósito, disse inclusiva, na última assembleia, que ainda não se encontra resolvido a situação em que retirar num contentor, como forma de evitar a colocação de resíduos industriais, porque, infelizmente, as confeções não respeitam aquilo que é a legislação, mas até à presente nada foi resolvido e por isso a pergunta que voltava a fazer é; quererá esta resposta dizer que a Junta de Freguesia adquirir mais contentores



para a recolha porta-a-porta ou será o município de Penafiel através da Penafiel Verde a fazer esse reforço. -----

-----Quanto à Limpeza e estado dos contentores, disse que se nota uma deficitária limpeza e conservação dos contentores que se encontram por todo o município. É necessário e por isso pedia ao senhor Presidente que instigasse o reforço na limpeza e a renovação dos mesmos. Deu ainda nota que foram colocados 2 contentores novos em Valpedre e verificaram que um deles trazia lixo dentro e a sua higienização dos mesmos era muito deficitária. -----

-----No que concerne há reciclagem, disse que recebeu a resposta de que existem 7 contentores de reciclagem em Valpedre, contudo são insuficientes. Assim, solicitou que seja reforçado o número de contentores de recolha seletivas disponíveis, assim como a sua distribuição geográfica, não só na Freguesia de Valpedre, mas também por todo o concelho. -----

-----Referiu a inundação constante que acontece na Nacional 106, a seguir ao cruzamento com a Clínica Médica da Arrifana de Sousa, parece-lhe um erro ou falha de drenagem das águas que correm da Avenida Pedro Guedes que ainda recentemente foi intervencionada. Essa situação provoca trânsito excessivo e uma perturbação grande para quem caminha a pé naquela zona. Acumula-se uma quantidade de água tão grande que vem por uma casa e "desagua" ali na Nacional, parecendo quase um rio corrente em Penafiel. Perguntou se há alguma intervenção prevista para aquela estrada e se já reportaram o tema às estradas de Portugal, bem como Saber se vai ser feito algo quanto à drenagem da Avenida Pedro Guedes. -----

----- Perguntou se está previsto a construção de passeios na estrada Municipal 590, Valpedre – Oldrões, onde há muitas pessoas que caminham a pé e que fazem as suas corridas entre ambas as freguesias. Verifica-se que uma parte de Oldrões, até à rua que vira para o Lugar de Padim já tem passeio, mas é preciso olhar para o resto desse caminho. -----

-----Fez um pedido à mesa da Assembleia Municipal, na sequência de um episódio da Assembleia anterior em que um eleito, se pôs do lado do público e respondeu atacando um cidadão que teria feito uma questão ao município. Pondo-se no lugar de cidadão que colocou a questão na Assembleia Municipal de Penafiel, parece-lhe pouco respeitosa, a forma como esse eleito se dirigiu ao cidadão. Pediu à mesa da Assembleia que não permitisse aquele tipo de situações voltasse acontecer. -----

-----Referiu que assistia por diversas vezes às sessões da Assembleia Municipal mas era-lhe difícil chegar às 17 horas, uma vez e como qualquer trabalhador o seu horário laboral é entre as 9h e as 18h, e era bastante difícil nos inícios dos trabalhos, assim sugeriu que as sessões devião ter início pelas 21h o que permitiria que mais penafidelenses pudessem assistir às sessões da Assembleia Municipal, hora muito mais acessível a toda a população. Se efetivamente defendiam que a população deve aproximar-se mais da política, e estar mais aproximar do Poder Local, o que acontecia em Penafiel é totalmente o contrário. -----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados por unanimidade em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----



----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos e por mim, Anabela Moreira Rodrigues, que a secretariei. -----